

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
MESTRADO EM INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A  
VULNERABILIDADE EXTERNA DO BRASIL E DA  
ARGENTINA (1990-1999)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Jeferson Mandracio Fagundes**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2008**

**A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A  
VULNERABILIDADE EXTERNA DO BRASIL E DA  
ARGENTINA (1990-1999)**

**por**

**Jeferson Mandracio Fagundes**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Integração Econômica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Mestre em Integração Latino-Americana.**

**Orientador: Prof. Dr. Pascoal José Marion Filho**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Mestrado em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A  
VULNERABILIDADE EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA  
(1990-1999)**

elaborado por  
**Jeferson Mandrácio Fagundes**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Integração Latino-Americana**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Pascoal José Marion Filho, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Paulo Ricardo Feistel, Dr. (UFSM)**

**Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 29 de agosto de 2008.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado a oportunidade de estar aqui nesse plano de vida e continuar estudando e desenvolvendo meus conhecimentos a fim de poder contribuir para a melhoria das condições de vida dos meus semelhantes e da sociedade como um todo. Aos meus amados pais, por terem me dado a oportunidade primeira, a vida, e por estarem sempre juntos em minhas caminhadas. A minha amada esposa, que muito me incentivou nas horas difíceis. E agradeço, por fim, a meu professor orientador por ter me concedido o privilégio de ser seu orientando, pois com profundo conhecimento e seriedade conduziu-me para o cumprimento dessa tarefa.

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Integração Latino-Americana  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A VULNERABILIDADE EXTERNA DO BRASIL E DA ARGENTINA (1990-1999)**

**AUTOR: JEFERSON MANDRACIO FAGUNDES**

**ORIENTADOR: PASCOAL JOSÉ MARION FILHO**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de agosto de 2008.**

Este estudo analisa a inserção econômica internacional do Brasil e da Argentina, no período de 1990-1999, e avalia a vulnerabilidade externa dos dois países. A partir da evolução dos fluxos da balança comercial (coeficiente de abertura), da balança de serviços e de capitais, é feita a análise da inserção econômica internacional. Com a análise do déficit em conta corrente, da forma com que ele é financiado, da desnacionalização da economia, do saldo das reservas internacionais, do endividamento externo e do coeficiente de vulnerabilidade, será avaliado o comportamento da vulnerabilidade externa. Conclui-se que a inserção econômica internacional de Brasil e Argentina, através da adoção das políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington, deu-se de forma subordinada e dependente aos grandes centros econômicos e financeiros, na medida em que os dois países atuaram como receptores dos fluxos financeiros de curto prazo, resultantes da abertura comercial, apoiadas na sobrevalorização do câmbio, a qual provocou uma mudança estrutural na balança comercial, tornando-a deficitária. Verifica-se que houve um aumento na vulnerabilidade nos dois países, pois as contas externas se deterioraram, aumentou o endividamento externo e cresceu o grau de internacionalização da produção por meio de maior presença de empresas de capital estrangeiro, ampliando a concentração de renda e poder nas mãos de grupos internacionais. Além disso, a inconsistência e a inadequação dessas políticas também são comprovadas pelo baixo crescimento do PIB e pelo aumento do desemprego.

**Palavras-chave:** inserção internacional, endividamento externo, desnacionalização, vulnerabilidade externa.

## **ABSTRACT**

Master's Degree Dissertation  
Master's Course of Latin-American Integration  
Federal University of Santa Maria

### **THE INSERT INTERNATIONAL ECONOMIC AND THE FOREIGN VULNERABILITY OF BRAZIL AND ARGENTINA (1990-1999)**

**AUTHOR: JEFERSON MANDRACIO FAGUNDES**

**ADVISOR: PASCOAL JOSÉ MARION FILHO**

**Defense Date and Place: Santa Maria, August 29, 2008.**

This study examines the international economic integration of Brazil and Argentina during the period of 1990-1999, and assesses the vulnerability of the two foreign countries. From the evolution of the flows of trade balance (coefficient of openness), the balance of services and capital, is the analysis of international economic integration. The analysis of the current account deficit, of how it is financed, the denationalization of the economy, the balance of international reserves of foreign debt and the coefficient of vulnerability, will assess the behavior of external vulnerability. It follows that the international economic integration of Brazil and Argentina, through the adoption of policies of adjustment recommended by the Washington Consensus, took place in a subordinate and dependent on large economic and financial centers, to the extent that the two countries acted as receivers in the pattern of short-term, resulting from trade liberalization, supported by the overvalued exchange rate, which caused a structural change in the trade balance, making it the deficit. There was an increase in vulnerability in the two countries, because the external accounts have deteriorated, increased the foreign debt grew and the degree of internationalization of production through greater presence of foreign equity companies, increasing the concentration of wealth and power in the hands of international groups. Moreover, the inadequacy and inconsistency of these policies are also evidenced by the low GDP growth and rising unemployment.

**Keywords:** insert international, external indebtedness, denationalization, foreign vulnerability.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Modelo conceitual proposto e variáveis explicativas.....	25
---	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Taxa de câmbio real efetiva – INPC – exportações, índice (média 1990 = 100) .....	29
TABELA 2 - Balança comercial do Brasil, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	29
TABELA 3 - Balança de serviços do Brasil, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	31
TABELA 4 – Fluxos de IED para o Brasil, 1990-1999.....	32
TABELA 5 - Conta corrente do Brasil, 1990-1999.....	35
TABELA 6 - Reservas em moeda estrangeira no BACEN, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	40
TABELA 7 - Meses de importação de bens cobertos pelas reservas cambiais.....	41
TABELA 8 - Dívida externa total do Brasil, pública e privada, e dívida externa por prazo: 1990-1999 (em milhões de dólares).....	43
TABELA 9 - Estoque do passivo externo brasileiro, 1990-1999 (em bilhões de dólares).....	44
TABELA 10 - Serviço do passivo externo brasileiro, 1990-1999 (em bilhões de dólares).....	45
TABELA 11 - Coeficiente de vulnerabilidade do Brasil, 1990-1999.....	46
TABELA 12 - Indicadores macroeconômicos do Brasil, 1990-1999.....	47
TABELA 13 – Variação anual dos preços do Brasil, 1990-1999 (em %)......	48
TABELA 14 – Taxa de câmbio real - Peso-Dólar ajustado por IPC (Base 1991=100).....	51
TABELA 15 – Balança comercial da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares apreços constantes 2000).....	53
TABELA 16 – Balança de serviços da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	53
TABELA 17 - Evolução dos fluxos, rendas e estoque de IED na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	54
TABELA 18 – Conta corrente da balança de pagamento da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares apreços constantes 2000).....	56
TABELA 19 - Entradas totais por privatizações nacionais e estaduais na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	58



TABELA 20 - Capital Nacional (CN) e Capital Estrangeiro (CE) nas privatizações na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	58
TABELA 21 - Meses de importação de bens cobertos pelas reservas cambiais.....	60
TABELA 22 - Reservas internacionais da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	60
TABELA 23 – Indicadores fiscais e de endividamento da Argentina (Governo Federal e Províncias - % do PIB).....	61
TABELA 24 - Dívida externa total da Argentina pública e privada, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	62
TABELA 25 - Coeficiente de vulnerabilidade da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares).....	63
TABELA 26 - Indicadores macroeconômicos da Argentina, 1990-1999.....	64
TABELA 27 - Índices de preços ao consumidor da Argentina, 1990-1999.....	64

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Definição do problema.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Justificativa.....</b>	<b>15</b>
<b>1.3 Objetivos.....</b>	<b>16</b>
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivo Específico.....	16
<b>1.4 Estrutura do trabalho.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Aspectos teóricos.....</b>	<b>17</b>
2.1.1 Inserção Internacional.....	17
2.1.2 Vulnerabilidade externa.....	22
<b>2.2 Metodologia.....</b>	<b>25</b>
<b>3 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DO BRASIL E A VULNERABILIDADE EXTERNA (1990-1999).....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 A inserção econômica internacional do Brasil (1990-1999).....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 A vulnerabilidade externa brasileira nos anos noventa.....</b>	<b>34</b>
<b>4 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA ARGENTINA E A VULNERABILIDADE EXTERNA (1990-1999).....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 A inserção econômica internacional da Argentina (1990-1999).....</b>	<b>50</b>
<b>4.2 A vulnerabilidade externa argentina nos anos noventa.....</b>	<b>55</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No final da década de oitenta e início da década de noventa ocorre a transição de uma era desenvolvimentista, ou reformista, que proporcionou o desenvolvimento de projetos capitalistas de industrialização dos países latinos americanos - para a era global, marcada pela ocorrência de significativas mudanças e reformas estruturais pelo mundo. Essa nova fase da economia de mercado foi reorientada política e economicamente pela ideologia neoliberal e impulsionada pela modernização tecnológica do capitalismo.

Os tempos de globalização diferem daquele em que o Estado intervinha e dominava a vida socioeconômica, com a administração controlando os mercados, na qual o Estado foi decisivo para a acumulação - com medidas protecionistas - e para o desenvolvimento, com alto grau de gastos e investimentos públicos em diversos setores produtivos, nas áreas de insumos básicos, bens de capital e infra-estrutura.

Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista o Estado parece ter se enfraquecido enquanto agente propulsor do bem-estar econômico e social e o mercado passa assumir, a partir desse momento, algumas prerrogativas antes monopolizadas pelo poder estatal, impulsionada pela modernização tecnológica.

Na década de noventa havia como determinante externo uma conjuntura política e econômica internacional, configurada por um lado, pelo aumento da concorrência em escala global, principalmente entre Estados Unidos, União Européia e Japão, e por outro, pelo esforço estratégico e bem sucedido dos EUA, para restaurar a sua posição dominante, em termos econômico-financeiros e tentar impor uma "ordem unipolar" à economia internacional.

Ponto pacífico para vários autores, como Gonçalves (1994) e Souza (1995), o determinante da nova era global foi mesmo à crise da economia capitalista, e mais especificamente, na sua economia mais poderosa, a dos EUA<sup>1</sup>. Tal crise, que retornou no

---

<sup>1</sup> Tal crise fez com que os EUA rompessem unilateralmente, em 1971, os acordos firmados de Bretton Woods em 1944 - que criou instrumentos de regulação internacional com a Ordem Econômica Internacional do pós-guerra - que hegemonizou os EUA com a criação do dólar como dinheiro mundial, o que lhe conferiu o benefício da senhoria e havia dado um fôlego à economia capitalista. O sistema Bretton Woods exigiu o estabelecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), com os objetivos de zelar para que as nações seguissem um conjunto estipulado de regras de conduta no comércio e finanças internacionais e prover facilidades de empréstimos a nações que se encontrassem temporariamente em dificuldades com relação ao balanço de pagamentos.

início dos anos 70, tinha como causa as seguintes questões: a perda do papel de vanguarda tecnológica da economia norte-americana, que sustentava a força do dólar através de uma maior produtividade do trabalho dos EUA, que se traduzia numa maior competitividade internacional de suas mercadorias, gerando superávits em sua balança comercial, captando dessa maneira recursos de outros países, os quais serviam de lastro que sustentava a paridade e a livre conversibilidade do dólar; e a insuficiência de demanda agregada interna nas economias capitalistas desenvolvidas, onde o crescimento de seus mercados domésticos era significativamente menor e a taxa média de lucro nesses países teve uma queda dramática.

É fato que esses problemas, desde então, vieram se propagando sem uma solução exequível, sem uma política econômica de âmbito mundial para superá-las e sem instrumentos globais de intervenção econômica e, em 1974/75, a crise atingiu as economias mais desenvolvidas.

Esses fatores levaram os EUA a definir uma estratégia global, em uma conjuntura que além do aumento da concorrência tinha como componentes econômicos e políticos importantes os choques externos dos anos 80 e o fim do Estado Socialista. Nessa estratégia, a economia mundial passou por uma reestruturação e a hegemonia americana como superpotência foi retomada, facilitada pela liberalização financeira e pela modernização tecnológica.

Para isso, os EUA aumentaram os juros e adotaram o sistema de câmbio flexível, recuperou a posição de dólar forte, modernizou a sua indústria através de importação barata, combateu a inflação e enquadrou os demais países nesse novo ordenamento internacional, inclusive o Japão. A reafirmação dos EUA através do dólar forte tornou superpotência e deixou os demais países à margem, submetendo-os às novas regras globais.

Desse modo, modificaram-se as relações econômicas internacionais e as economias latino-americanas foram afetadas pelo enxugamento de dólares realizado pelos EUA, através de juros altos, com títulos rentáveis da dívida do governo norte-americano e com o aumento dos custos das dívidas externas dos países em desenvolvimento, o que acarretou estagnação das economias desses países na década de oitenta.

Para legitimar e dar uma ideologia positiva à reestruturação econômica aliada à crise instaurada na América Latina foi elaborado, em 1989, um conjunto de propostas, por economistas de instituições financeiras sedeadas em Washington, como o FMI, o Banco

Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas em um texto do economista inglês John Williamson, diretor do instituto promotor do encontro, *International Institute for Economy*. O mesmo reunia dez propostas tidas como as mais consesuais entre as recomendações cogitadas de políticas econômicas, tornando-se a oficial do FMI em 1990, passando a ser recomendada sua implementação nos países emergentes, como receita de sucesso garantida para promover os ajustes macroeconômicos das nações em dificuldades e acelerar o desenvolvimento econômico.

A esse receituário John Williamson chamou de “Consenso de Washington”, e o que era inicialmente as dez recomendações de política econômica aos países emergentes transformou-se em um conjunto de medidas usadas ao redor do mundo, justificando as políticas neoliberais e tornando-se o sustentáculo do processo de globalização<sup>2</sup>.

Esse nome se deu em alusão ao local em que foi realizado e por ser um consenso hegemônico que prescreveu e conferiu à globalização as suas características dominantes e as legitimou como as únicas possíveis e adequadas dentro de uma gama de interesses conflitantes entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro. (SANTOS, 2002, p. 27).

Abrangendo desde o futuro da economia mundial às políticas de desenvolvimento e, especificamente, o papel do Estado na economia, essa ideologia positiva, elaborada através desse consenso, legitimou o sistema e também justificou a nova ação dos monopólios pelo planeta, atendendo às necessidades do capitalismo moderno.

SANTOS, B. S. (2002), destaca os principais traços dessa nova economia mundial que são: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, revolução nas tecnologias de informação e comunicação, desregulamentação das economias nacionais, preeminências das agências financeiras multilaterais. Ele também resume as implicações dessas transformações para as políticas econômicas nacionais que são traduzidas pelas seguintes exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial, e os preços domésticos devem adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas

---

<sup>2</sup> Se no início essas idéias foram aceitas e adotadas por dezenas de países sem serem muito questionadas, após a grave crise asiática, em 1997, da Rússia, em 1998, da verdadeira quebra da economia Argentina, em 2001 - que era tida pelo FMI, como um modelo a ser seguido pelo zelo com que aplicava suas recomendações - entre outros desajustes econômicos ocorridos pelo mundo, o Consenso de Washington passou por adaptações sendo revisto pelo próprio FMI, em 2004, quando se abandonou o dogmatismo inicial.

monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução de inflação e da dívida pública; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; deve se garantir a mobilidade de recursos, de investimentos e dos lucros; a regulação estatal deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando sua universalidade.

A partir de então passou a funcionar, com maior organização estratégica e intensidade, uma estrutura internacional, atuando como uma espécie de governo mundial, conforme Ouriques e Rampinelli (1997), que reunia: o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, com relação ao setor financeiro; a Organizações das Nações Unidas – ONU, no campo político; a Organização Mundial do Comércio – OMC, com relação ao comércio internacional e o Grupo dos Sete países mais industrializados – G7, no campo industrial e militar.

Essa estrutura, representativa dos interesses dos grandes conglomerados econômicos e financeiros, influenciou significativamente as ações dos governos de diversos países, principalmente dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, vários países se inseriram na economia mundial de diferentes formas e com diferentes intensidades, agindo sob a significativa influência de determinantes internos e externos, principalmente, para a implantação de uma série de políticas e reformas estruturais.

Os determinantes internos que eram a crônica instabilidade macroeconômica, hiperinflação, a crise da dívida externa e o isolamento ou a posição marginal que os países latino-americanos ocuparam em relação à economia ou ao interesse internacional, fez com que a adoção as políticas e reformas estruturais propostas pelos agentes internacionais, se configurasse quase como uma imposição a qual não restaria alternativa.

Outro fator agravante desse processo é que o setor empresarial produtivo do Brasil e da Argentina estava acostumado a ter uma relação paternalista com o governo, o que por sua vez foi responsável por uma falta de competitividade, principalmente no aspecto tecnológico das empresas desses dois países. E, num curtíssimo espaço de tempo e de maneira abrupta foram submetidos a uma concorrência mundial em condições distintas.

## **1.1 Definição do problema**

Ao abandonar o modelo de industrialização via substituição de importações e adotar o receituário estipulado no “Consenso de Washington”, Brasil e Argentina reestruturaram as suas economias e modificaram a forma de inserção internacional.

Dessa maneira, os países vizinhos, assim como a maioria dos países latino-americanos, ficaram vulneráveis a crises externas e foram enfraquecidos em sua margem de inserção efetiva, ou seja, na sua autonomia nos rumos do desenvolvimento econômico e na sua função de promover o bem-estar econômico e social, diante das demandas sociais, cada vez mais urgentes e acentuadas pelo próprio processo de globalização.

As áreas sociais, trabalhistas e humanas passaram a ter um papel secundário nas políticas econômicas dos governantes, mesmo nesses dois países, que ainda não resolveram seus problemas sociais, de inclusão e crescimento econômico.

Portanto frente ao exposto, esse estudo tem como problema central a seguinte questão: como ocorreu a inserção do Brasil e da Argentina na economia mundial, entre 1990 e 1999, e qual a relação desta com a vulnerabilidade externa desses países?

## **1.2 Justificativa**

Além de ser um tema instigante e fazer parte de uma conjuntura recente e que envolveu a todos, é tratado de maneira geral, com muita importância por diversos economistas, sociólogos e cientistas de vários países, mas ainda não devidamente explorado conjuntamente entre os dois principais países do Mercosul.

Delimita-se a pesquisa em Brasil e Argentina, por serem os países mais importantes e representativos dentro do Mercosul (o Brasil representa economicamente cerca da metade da América do Sul - PIB, exportações, etc.) e os mais afetados com as mudanças estruturais ocorridas nos anos noventa. A delimitação do tempo, de 1990 a 1999, se dá por ser o período mais intenso e de efetiva abertura econômica e implementação do receituário chamado de “Consenso de Washington”.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Avaliar a inserção econômica internacional e a vulnerabilidade externa do Brasil e da Argentina no período de 1990-1999.

### **1.3.2 Objetivo Específico**

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) Avaliar as contas externas (balança comercial, balança de serviços e fluxos de capital) do Brasil e da Argentina nos anos de 1990-1999;
- b) Analisar a evolução dos saldos em conta corrente, a desnacionalização da economia, as reservas internacionais e o endividamento externo, público e privado, como expressão da vulnerabilidade externa do Brasil e da Argentina nos anos de 1990-1999;
- c) Avaliar os resultados macroeconômicos do Brasil e da Argentina no período estudado.

## **1.4 Estrutura do trabalho**

Essa dissertação está organizada em cinco capítulos, incluindo essa introdução. No segundo capítulo, apresentam-se o referencial teórico e a metodologia utilizada na dissertação. Analisa-se no terceiro capítulo a inserção internacional brasileira na economia mundial nos anos de 1990 a 1999 e a vulnerabilidade externa. A inserção econômica internacional da Argentina e a vulnerabilidade externa são analisadas no quarto capítulo. No quinto e último capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho.



## **2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA**

Neste capítulo, são apresentados os aspectos teóricos que guiaram a elaboração desta dissertação, bem como é apresentada a metodologia utilizada para desenvolvê-la.

### **2.1 Aspectos teóricos**

As transformações que ocorrem em uma sociedade, nação ou economia, estão sempre atreladas a sua época, ao seu contexto histórico e cultural em que se encontram, além de estarem sob a influência de fatores internos e externos em que interagem.

Na década de noventa os determinantes internos e, principalmente, externos, exerceram uma influência significativa às transformações econômicas e políticas, reformas estruturais, além das transformações na cultura e informação, nas economias das diversas partes mundo, tanto em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como nos países desenvolvidos.

#### **2.1.1 Inserção internacional**

O processo de globalização acentuado nos anos 90, por um lado, ofereceu diversas oportunidades, como maiores acessos aos mercados antes mais segmentados, a participação em um processo de produção cada vez mais internacionalizado e um aumento do acesso aos recursos financeiros internacionais; mas, por outro, criou algumas ilusões, principalmente no que diz respeito a sua universalidade, ou seja, de que envolve a todos, em todo o mundo, a todo o momento e do mesmo modo.

Os movimentos de inserção internacional se deram de maneiras distintas, em várias partes do mundo, por atender a diferentes padrões e condicionamentos estabelecidos – sejam eles econômicos, históricos, políticos e sociais - entre países desenvolvidos ou grandes potências e os países em desenvolvimento ou periféricos, demonstrando que a globalização não foi um fenômeno universal como pregavam os defensores do neoliberalismo, ou seja, ela não atingiu e não atinge a todos da mesma maneira, em qualquer parte do mundo. Assim

sendo, como salienta Tavares e Fiori (1997), o padrão de inserção internacional de um país se dá conforme estados concretos de dominação.

Nesse sentido, os autores afirmam que a inserção internacional dos países da América Latina, nos anos noventa, ocorreu de maneira distinta do que na Ásia e na Europa, por exemplo. Por fazer parte do continente americano, Brasil e Argentina ficam subordinados à diplomacia e à política da potência hegemônica do continente. Desse modo, a inserção latino-americana ocorreu de forma submissa (como será visto ao longo desse estudo) as necessidades do sistema mundial, com pouca dinâmica própria, com certa passividade frente ao mercado e fez com que a política externa ficasse submetida à diplomacia da globalização, incluindo o alinhamento automático desses países às posições defendidas pelas potências hegemônicas nos órgãos multilaterais.

Comparados aos países do continente asiático, percebe-se algumas diferenças no padrão de inserção, onde, por exemplo, as políticas de estabilização lá implementadas não foram tão perversas em termos de destruição de emprego - implementadas por tanto tempo nos países sul-americanos - devido a sua grande população, como salienta Tavares (2000).

Mas cabe ressaltar que as condições que caracterizam o padrão de inserção de um país sofreram alterações nessas últimas décadas. Existem várias teorias que tratam dessa questão. Como por exemplo, Benakouche (1980) recomenda que a análise parta dos mecanismos reguladores dessa economia para explicar o papel e a função de suas relações externas e da influência dos fatores externos. Para ele, o objeto de estudo, assim como em Marx, é a economia nacional e as relações internacionais ou fatores externos, que tem a sua devida importância, mas, o que conta para o autor é as influências sobre a transformação do sistema de relações de produção sobre a forma de acumulação, sobre a forma de acumulação do Estado, etc. Ou seja, as relações internacionais influem sobre o sistema de produção de uma sociedade dada, principalmente na sociedade periférica, porém o sistema de produção é resultado das relações sociais nas quais ela se cria.

Porém, parece ser consenso entre diversos autores – como Tavares (2000), Gonçalves (1999) e Seitenfus (2004) - que a inserção internacional de um país é definida e expressa por sua política externa, seja ela de cunho liberal ou intervencionista. “A política externa de cunho liberal transfere responsabilidades e vincula-se demasiadamente ao exterior” (Seitenfus, 2004, p. 93), perdendo autonomia interna e diminuindo as opções dessa política. A

política externa intervencionista é realizada pelo poder público, ampliando o seu leque de opções além de adquirir importância em seu conteúdo.

A política externa permite redefinir inclusive a questão nacional, pois de acordo com o posicionamento de um país em questões, como por exemplo, abertura econômica e valorização cambial, isso poderá acarretar, por exemplo, em déficit em conta corrente, estagnação econômica, desemprego, etc.

Seitenfus (2004) afirma que a política externa de um Estado tem em seu âmago o interesse nacional, estando assim no centro das relações internacionais. É esse interesse nacional que orienta as tomadas de posições dos chefes de Estado, os acordos comerciais, a concessão de favores, entre outros. Porém, o autor salienta que o interesse nacional não existe por si mesmo, ou seja, o que existe é uma percepção majoritária dos responsáveis pela orientação da política externa dos Estados.

Para o autor, a política externa pode ser considerada como resultado entre as necessidades internas e os constrangimentos externos.

A política externa define-se como um processo de percepção, avaliação, decisão, ação e prospecção estatais, inclusive aquelas iniciativas tomadas no âmbito interno que possuam uma incidência além-fronteiras. Ela decorre da confrontação entre, de um lado, as aspirações internas traduzidas pelo interesse nacional e os instrumentos que o Estado dispõe para promovê-lo e, de outro, as oportunidades e limitações oferecidas pelo sistema internacional (SEITENFUS, 2004, p. 84).

É através da política externa e, concomitantemente da política de inserção internacional de uma economia que se poderá avaliar seu resultado conforme o seu nível de dependência<sup>3</sup>, endividamento externo e vulnerabilidade externa, entre outros indicadores. É através desses resultados que se avalia, se a política foi condicionada pelos fatores externos, ou seja, se ela foi meramente reativa ou se atende aos interesses efetivamente nacionais de acordo com a sua realidade.

A definição de dependência para a corrente de pensadores conhecida como dependentistas – entre eles os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado e os sociólogos Florestan Fernandes, Octávio Ianni e James Petras - é que a dependência dos países periféricos é produto do desenvolvimento do capitalismo dos países centrais, ou seja, o desenvolvimento econômico dos países periféricos foi determinado e está limitado pelas

---

<sup>3</sup> Segundo a corrente de economistas conhecida como “dependentistas”, a dependência que uma nação possui perante outras mais desenvolvidas exerce uma função crítica ao capitalismo e a sua falha dá espaço as desigualdades.

necessidades das economias dominantes. Para essa corrente teórica a dinâmica interna das economias periféricas e sua situação de subdesenvolvimento são condicionadas pelo seu papel e função na estrutura da economia mundial. Segundo ainda as teorias dependentistas, a economia mundial forma um todo, onde se destaca uma parte dominante. A estrutura dessa totalidade em certa medida reproduz as características dominantes, é o que afirma Santos (1969, p. 61 apud BENAKOUCHE, 1980, p. 189).

Os países da América Latina estão e sempre estiveram numa situação de dependência. Segundo a afirmação de Marini (1973, p. 12 apud BENAKOUCHE, 1980, p. 177), as relações da América Latina e dos centros capitalistas europeus se inseriram em uma estrutura definida, a divisão internacional do trabalho, que determina por sua vez o desenvolvimento posterior da região. Segue ainda o autor, que é a partir deste momento que a dependência toma forma, no sentido de uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, articulação na qual as relações de produção são modificadas ou recusadas, para assegurar a produção ampliada da dependência.

Na linha de pensamento do autor, as diferentes partes que compõem o sistema produtivo mundial não participam de maneira igualitária na acumulação internacional. Isto significa que o crescimento da economia mundial se processou, desde sempre até agora, na desigualdade e através dela.

Para os dependentistas, o processo de desenvolvimento capitalista gera centros industrializados e subdesenvolve as economias da periferia. O subdesenvolvimento das economias periféricas então resulta das relações passadas e presentes dessa periferia com as economias metropolitanas.

Como foi salientado anteriormente, os autores da teoria da dependência, nas décadas de 70 e 80, entre eles Santos (1969, p. 61 apud BENAKOUCHE, 1980, p. 180), afirmavam que a dependência é uma situação no qual um grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de uma outra economia à qual se acha submetida.

Segundo CEPAL (2002), a evolução diferenciada dos países mais ricos e de níveis de renda médio ou baixo, está associada a três assimetrias fundamentais: a concentração do progresso técnico nos países desenvolvidos e o caráter lento, irregular e crescentemente mais oneroso de sua propagação aos países periféricos; a maior vulnerabilidade macroeconômica dos países em desenvolvimento em face de choques externos, associada a sua menor margem

para adotar políticas anti-cíclicas dada a gravitação e comportamento do mercados financeiros, que tendem a potencializar o ciclo e exigir dos governos políticas pró-cíclicas; e o contraste entre a elevada mobilidade do capital e as restrições impostas aos deslocamentos internacionais de mão-de-obra. Agrega-se a isso a construção das instituições do mercado global e seus padrões normativos, que obedecem a uma matriz própria dos países desenvolvidos, favorecendo a concentração nestes países dos benefícios da expansão do comércio internacional e do progresso técnico.

Nessa linha de pensadores que contestam algumas falácias propagadas pelos arautos do neoliberalismo, encontram-se os autores Hirst e Thompson (1998). Para eles, não há globalização na economia internacional e eles sustentam suas teses nas seguintes questões: ainda hoje não há agentes e forças supranacionais que sejam decisivas; a intensificação da internacionalização das relações econômicas não é prova em si de uma estrutura econômica global; são poucas as transnacionais realmente globais e a maior parte das multinacionais bem sucedidas continuam a operar a partir de bases nacionais; não estão abandonadas as perspectivas de regulação por meio da cooperação internacional, a formação de blocos comerciais e o desenvolvimento de novas estratégias nacionais que levem em conta a internacionalização.

Segundo os autores acima mencionados, destacam-se cinco grandes características da economia internacional contemporânea: as relações importantes continuam a ser aquelas entre as economias mais desenvolvidas (membros OCDE), ou seja, são as economias industriais mais avançadas que constituem os membros da economia global; houve progressiva internacionalização dos mercados financeiros, mas num patamar menor ao do período de 1900 a 1914; a maior parte das empresas internacionais opera em poucos países ou regionalmente, assim, há poucas empresas realmente transnacionais e a forma multinacional continua a dominar, com a sua base de origem estabelecida em grandes centros de investimentos; o capital financeiro de algumas grandes potências como Japão e Alemanha, é nacionalista e comprometido com seu setor industrial interno e com sua força de trabalho; por último, o desenvolvimento mais significativo e duradouro foi a formação de blocos comerciais e econômicos supranacionais, dessa forma a globalização não vai além do minilateralismo, como se refere Hirst e Thompson (1998), muito longe da universalidade na internacionalização da atividade econômica.

Para Chomsky (1996, p. 335 apud OURIQUES e RAMPINELLI, 1997, p. 66), a nova ordem se parece muito com a velha, pois o princípio fundamental é o mesmo, o governo da lei para os fracos e o governo da força para os fortes, a racionalidade econômica para os fracos e o poder da intervenção do Estado para os fortes. Para o autor, hoje como no passado, privilégio e poder não se submetem voluntariamente ao controle do povo ou às regras de mercado, mas sim, ambos tentam solapar a democracia e aplicar os princípios de mercado aos seus interesses.

Ouriques (1997, p. 67) afirma que “na nova ordem global mundial estabelecida em favor dos ricos e contra pobres, o sistema não se assemelha a um mercado clássico, mas sim a um mercantilismo corporativo”.

Essas assimetrias fundamentais na evolução diferenciada dos países mais ricos e os de níveis de renda médio ou baixo, que a CEPAL (2002) aponta, e entre elas a maior vulnerabilidade macroeconômica dos países em desenvolvimento em face de choques externos, associada a sua menor margem para adotar políticas anti-cíclicas dada a volatilidade nos fluxos financeiros, parece ser o retrato mais fiel do processo de inserção econômica dos países em desenvolvimento da América Latina nos anos noventa.

A onda de adoção de políticas externas e econômicas ortodoxas voltadas para o mercado mundial, que movimentaram o cenário econômico e político dos países latino-americanos na década passada, mostra que as exigências dos agentes externos prevaleceram diante o interesse nacional.

Finalizando a fundamentação teórica a respeito da inserção econômica internacional mostra-se que os fluxos internacionais representados na balança comercial (através do coeficiente de abertura), balança de serviços e de capital devem ser utilizados na avaliação da mesma.

### 2.1.2 Vulnerabilidade externa

Embora houvesse um esvaziamento em torno das discussões sobre as relações de dependência entre países, no debate macroeconômico quase não se ouviu mais referências à discussão de projetos nacionais de desenvolvimento, predominando uma espécie de pensamento único, neoliberal, no período 1990-1999, em que a resultante mais expressiva

desse direcionamento, nos rumos dos países latino-americanos, foi o crescimento da vulnerabilidade externa.

Gonçalves (1999) define vulnerabilidade externa como sendo a pouca capacidade de resistência do país a pressões, a fatores desestabilizadores e choques externos. É essa vulnerabilidade externa que, segundo o autor, coloca a economia das nações numa trajetória de instabilidade e crise, e faz com que crises cambiais provoquem crises econômicas e sociais, que acabam se transformando em crises políticas institucionais. A vulnerabilidade externa na esfera econômica pode se manifestar nas dimensões financeira, comercial, tecnológica e produtivo-real.

Em outras palavras, essa pouca capacidade de resistência a pressões, a fatores desestabilizadores e choques externos, gera uma crônica e crescente escassez de fontes seguras de fornecimento dos dólares. Essa vulnerabilidade além de impor às nações instabilidade e crise, enfraquecem as estruturas econômicas a ponto de um país que desfruta de uma relativa estabilidade do sistema econômico internacional se vê refém das expectativas desfavoráveis quanto à manutenção de sua trajetória a longo prazo. Essa é a vulnerabilidade externa financeira.

A vulnerabilidade externa na esfera comercial, diz respeito ao grau de abertura da economia nacional para a penetração das importações de bens e serviços, bem como o baixo grau de competitividade das exportações.

Na esfera produtivo-real a vulnerabilidade externa é traduzida pelo elevado grau de internacionalização da produção por meio de presença de empresas de capital estrangeiro ou investimento externo direto – IED, no aparelho produtivo do país. Nos anos noventa ocorreu um intenso processo de desnacionalização das estruturas produtivas de muitos países pelo mundo, expondo desse modo, alguns países, principalmente os menos desenvolvidos, a uma alta vulnerabilidade externa. Houve um forte crescimento nos fluxos de IED e na razão IED/PIB. Esse aumento nos fluxos de IED estava, na maioria das vezes, diretamente relacionado com um aumento de no grau de desnacionalização das economias, ou seja, os investimentos externos, nesse período, foram concentrados na aquisição de empresas públicas e privadas nacionais, especialmente nos setores de serviços, que não geram receitas em dólar, pois não exportam. Desse modo, a desnacionalização do aparelho produtivo tem impacto

negativo sobre o balanço de pagamentos e conseqüentemente acentua a vulnerabilidade externa.

Segundo Gonçalves (1999), cerca de 70% das aquisições do patrimônio público, nos anos 90, correspondia a capital estrangeiro. Desse modo, a vulnerabilidade externa também pode ser expressa pelo fato de que a desnacionalização da economia gera uma grande fonte de poder através da parcela da produção e da renda a ser controlada por não-residentes, o que diminuiu os mecanismos de ação do Estado nacional na condução de sua política econômica e a capacidade do governo para resistir a pressões internacionais.

A vulnerabilidade externa será tanto maior quanto menor for o poder de defesa do país contra os ataques, ou seja, quanto menores forem as alternativas de políticas de ajustes e quanto maior for o custo do processo de ajuste. Desse modo, são sempre mais vulneráveis aqueles países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, já que a volatilidade dos fluxos econômicos internacionais se reflete nas economias nacionais através de mudanças drásticas na quantidade e no preço do capital externo e das mercadorias.

Esse custo negativo da resistência à vulnerabilidade externa se traduz em políticas de estabilização macroeconômica contracionistas, reorientando e reduzindo o nível dos gastos, através dos mecanismos tradicionais das políticas monetárias, fiscais e cambiais que afetam os volumes de produção, da renda, dos gastos e preços relativos. É justo nesse momento, que, como contrapartida a essa vulnerabilidade, os agentes governamentais tenham maior capacidade de resposta.

Portanto, conforme a política cambial, monetária e fiscal, o país poderá através das taxas de juros, atrair capitais externos e ao mesmo tempo onerar as exportações, tornando-as menos competitivas. Do mesmo modo, as isenções fiscais atrativas aos investimentos externos, na expectativa de ter um maior dinamismo econômico ou ampliar os postos de trabalho, contribuem para a deterioração das finanças públicas.

Resumindo, a inserção internacional de uma nação tem implicações diretas com o comportamento de sua vulnerabilidade externa, conforme o tipo e a intensidade de medidas adotadas em função dessa inserção.

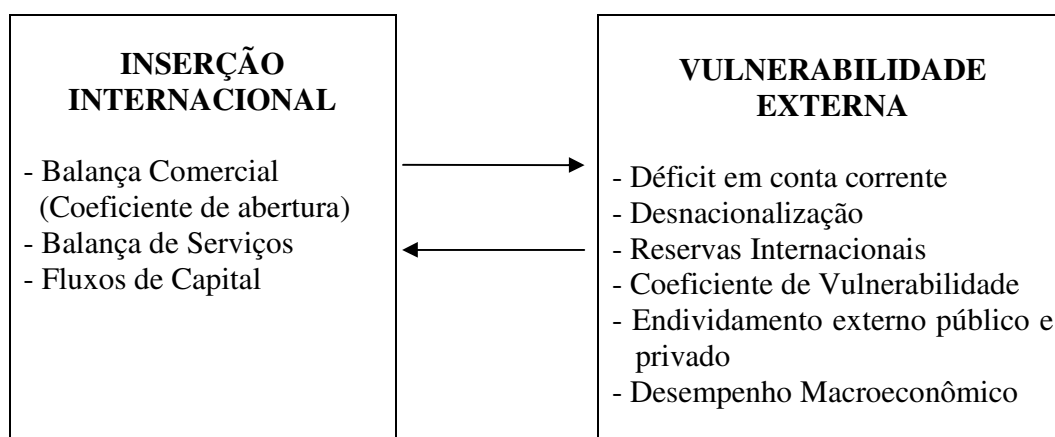
Assim sendo, segundo Azevedo (1998), os indicadores de vulnerabilidade externa mais usuais são o déficit em conta corrente, a forma como esse déficit é financiado através da entrada de capitais e o prazo que as reservas internacionais suportam as exportações.



Como a vulnerabilidade externa está relacionada ao passivo externo de um país, ela é afetada pelo aumento do estoque da dívida externa e do estoque de capital estrangeiro investido no país. Portanto, o passivo externo se traduz no montante de recursos que o país tem que enviar anualmente mediante serviço da dívida, remessa de lucros e dividendos, pagamentos de royalties, fretes e seguros, importações, etc.

## 2.2 Metodologia

O estudo baseia-se na interpretação de conceitos, de dados quantitativos e de trabalhos de alguns autores sobre o assunto. Faz-se uma análise descritiva para avaliar como se deu a inserção internacional e como evoluiu a vulnerabilidade externa do Brasil e da Argentina nos anos noventa. A análise segue o modelo exposto na Figura 1.



**Figura 1 – Modelo conceitual proposto e variáveis explicativas**

Fonte: Elaboração própria

A Figura 1 mostra que a análise da inserção do Brasil e da Argentina na economia mundial nos anos noventa, é feita a partir da evolução dos fluxos da balança comercial (coeficiente de abertura), da balança de serviços e de capitais.

O coeficiente de abertura é dado pela soma das importações com as exportações, dividido pelo PIB. A sua variação mostra o comportamento dos fluxos de mercadorias de uma determinada nação com o resto do mundo, num determinado período de tempo.

A vulnerabilidade externa é avaliada a partir do déficit em conta corrente e a forma com que ele é financiado, da desnacionalização da economia, do saldo das reservas internacionais, do endividamento externo público e privado, do coeficiente de vulnerabilidade, e por fim, do desempenho macroeconômico, através de alguns indicadores representativos da situação dos dois países nesse período, utilizando como variáveis o PIB, o desemprego e a inflação.

Sandroni (2005) define o coeficiente de vulnerabilidade como sendo o saldo da dívida externa bruta menos o valor das reservas, dividido pelo valor das exportações. O coeficiente mostra quantos anos o país tem que exportar para pagar a dívida externa, descontadas as reservas. Portanto, quanto maior o coeficiente, maior a vulnerabilidade externa de um país.

No embasamento teórico desse estudo, utilizam-se livros, revistas, trabalhos científicos, *sites* na *internet* de economistas, cientistas políticos e sociólogos. As principais fontes consultadas foram: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Centro de Economia Internacional (CEI), *United Instituto Nacional de Estadística y Censos de la Republica Argentina* (INDEC).

### **3 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DO BRASIL E A VULNERABILIDADE EXTERNA (1990-1999)**

A crise econômica dos anos oitenta se configurou num cenário de estrangulamento externo para o Brasil e em grande medida foi fator determinante do modo de inserção internacional nos anos noventa, o que por sua vez teve implicações diretas no comportamento da vulnerabilidade externa.

A conjuntura mundial estava configurada por um lado, pelo aumento da concorrência em escala global, principalmente entre Estados Unidos, União Européia e Japão, e por outro, em meio a uma ofensiva pela retomada da hegemonia norte-americana na economia mundial, traduzida pelo receituário do Consenso de Washington.

A adesão do Brasil e da América Latina<sup>4</sup> como um todo a esse receituário determinou o ritmo e a natureza das políticas de ajuste, que visavam, a médio e longo prazo, alterar o padrão de desenvolvimento e a forma de inserção dos países latino-americanos na economia mundial. As exigências e reformas estruturais estabelecidas nesse receituário, orientados para a redução do déficit público, liberalização comercial, diminuição do Estado, entre outros, foi imposto ao Brasil (assim como os demais países latino-americanos) como condição para renegociar sua dívida externa com as agências financeiras multilaterais.

Os agentes internacionais, como o FMI, acreditavam que a solução para a insolvência dos países latino-americanos estava na adoção dessas políticas liberalizantes. Assim, só depois que as economias fossem liberalizadas, o capital global entraria nesses países, e estes, não por acaso, estavam com as suas economias deterioradas após a primeira etapa de globalização financeira na década de oitenta<sup>5</sup>.

Segundo Chasteen (2001), para encorajar o neoliberalismo na América Latina, os emprestadores estrangeiros gradualmente “rolaram” as dívidas de um país após o outro, convertendo-as em títulos de longo prazo.

---

<sup>4</sup> Na opinião de Mercadante (2005), a América Latina foi a região do mundo que implementou com mais rigor e mais intensidade esse novo re-ordenamento mundial, o qual atendia aos interesses econômicos e estratégico do Estados Unidos.

<sup>5</sup> Nesta etapa aumentaram os empréstimos a países com a economia em crise, aumentaram os fluxos financeiros sem controle e aumentaram a crise das dívidas que estrangulavam as economias nacionais.

### **3.1 A inserção econômica internacional do Brasil nos anos noventa**

O Brasil não fugiu a regra nessa onda de renegociações de dívidas como passaporte para uma nova inserção na economia mundial. Gonçalves e Pomar (2001) afirmam que, resultante das negociações do Plano Brady - que previa a redução do valor da dívida mediante redução do principal ou das taxas de juros - a maioria dos acordos firmados pelos países latino-americanos, resultaram em tímidos descontos e não ocorreram reduções significativas o nível de endividamento externo desses países.

Em abril de 1994, o Brasil firmou um acordo referente a uma parte da dívida do setor público com os bancos comerciais internacionais. Os mesmos autores salientam que esse acordo estava relacionado a uma parcela da dívida de US\$ 49 bilhões, de um total de US\$ 145 bilhões (em dezembro de 1993). Assim, o desconto efetivo do acordo foi de US\$ 3,7 bilhões ou de 7,6%. Além disso, houve uma substituição da dívida velha, que estava sob a ameaça de uma suspensão temporária dos pagamentos, por bônus que não permitia a capitalização dos juros, o que resultou num aumento significativo dos pagamentos se comparado a situação anterior, na qual a despesa líquida com juros era de US\$ 600 milhões e passou para US\$ 2,5 bilhões no primeiro ano de vigência do acordo.

Com o alongamento do passivo externo dos países da América Latina foi possível produzir programas de estabilização eficientes, mas que limitou, e muito, a margem de autonomia de cada país nos rumos do desenvolvimento, pois estes foram enquadrados ao pensamento único da ortodoxia monetária de mercado, a qual prescreve que a credibilidade na qualidade de qualquer processo de estabilização é conquistada e conservada mediante a “boa saúde” dos seus indicadores macroeconômicos, a se traduzir por finanças públicas em ordem, inflação baixa e contas externas sob controle. Isso, segundo a linha ortodoxa, seria suficientemente necessário para que o processo econômico encontrasse naturalmente, sem mais percalços, o rumo do crescimento econômico sustentado.

Gonçalves (1999) ressalta que a liberdade de escolha diante de opções políticas e ideológicas mais liberalizantes parece ter desempenhado um papel coadjuvante no processo de liberalização, tendo em vista a força avassaladora e a gravidade da realidade econômica, bem como a própria incapacidade das elites nacionais de definirem projetos alternativos de ajuste e de desenvolvimento.

Os programas de estabilização do início da década de noventa, dos países latino-americanos incluíam valorização da moeda nacional (âncora cambial) e diminuição das alíquotas de importação, o que se traduzia para a maioria deles e principalmente para o Brasil, numa perda de competitividade de suas exportações e numa grande necessidade de manter os fluxos de capitais externos para cobrir a saída de dólares via importação. A Tabela 1 ilustra a paridade cambial nos noventa, após a implantação do Plano Real.

**Tabela 1 – Taxa de câmbio real efetiva – INPC – exportações, índice (média 1997 = 100)**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
83,59	116,63	111,46	94,08	85,94	96,25	100,01	100,00	101,89	146,77

Fonte: Elaborada a partir de IPEA.

Verifica-se que no Plano Real a moeda nacional foi valorizada, o que aumentou a necessidade de elevar a entrada de capitais externos para fechar a conta corrente do balanço de pagamentos. A saída para o Brasil passou a ser a captação de capitais voláteis de curto prazo, pois, como se observa na Tabela 2, o fluxo de dólares pela via comercial se mostrou insuficiente, a partir de 1995.

**Tabela 2 - Balança comercial do Brasil, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Coefficiente de Abertura	Variação %
1990	31.414	20.661	10.753	0,11	-
1991	31.620	21.041	10.579	0,13	-1,62
1992	35.862	20.554	15.308	0,15	44,70
1993	38.597	25.659	12.938	0,15	-15,48
1994	43.545	33.105	10.440	0,14	-19,31
1995	46.506	49.664	-3.158	0,14	-130,25
1996	47.747	53.301	-5.554	0,13	-75,87
1997	52.990	61.347	-8.357	0,14	-50,47
1998	51.120	57.594	-6.474	0,14	22,53
1999	48.006	49.212	-1.206	0,18	81,38

Fonte: Conjuntura Econômica (2000 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 43).

Conforme os dados da CEPAL e do BACEN, de 1983 a 1994 a balança comercial foi superavitária. A partir daí sofreu uma mudança estrutural, passando a ser deficitária, como mostra a Tabela 2, e no período de 1995-98 registrou um déficit de US\$ 23,5 bilhões. No Brasil, entre 1994 e 1998, as importações cresceram 74% enquanto as exportações cresceram 19,4%.

Também fica evidente na Tabela 2, que o coeficiente de abertura (que é dado pela soma das exportações e importações, divididas pelo PIB) sofreu grandes alterações, o que mostra que a abertura econômica unilateral, favoreceu as importações em detrimento das exportações, tese essa corroborada pela taxa de variação do saldo da balança comercial, que teve crescimento negativo em grande parte do período.

Desse modo, a necessidade de suprimento de dólares do Brasil passou da balança comercial para a conta de capitais, pois o plano de estabilização baseado na âncora cambial permitiu a estabilidade monetária<sup>6</sup>, e através dos juros mais altos em relação às taxas internacionais (como a norte-americana), possibilitou uma forte entrada dos investimentos externos no país.

Outro fator que contribuiu para a elevação do déficit e do passivo externo brasileiro foi a balança de serviços. A conta de serviços, que entre outros itens registra as rendas de capital (remessa de lucros, pagamentos de juros, etc.), historicamente teve resultado deficitário, conforme os dados da CEPAL e do BACEN, mas a Tabela 3 mostra que só no período de 1995 a 1999 acumulou um déficit de US\$ 118,6 bilhões e no período o déficit acumulado foi de US\$ 189 bilhões.

Na Tabela 3, verifica-se que o déficit na conta rendas aumentou no período 1995 – 99 em 70,45%, o que indica um envio de recursos para o exterior acima da entrada. O que por sua vez revela o caráter de submissão da política brasileira de inserção econômica internacional.

---

<sup>6</sup> Para o economista Marcio Pochmann (2001, p. 33, apud PEREIRA, 2004, p. 5), a estabilidade monetária teve grande relevância para as empresas transnacionais, já que puderam, através da função moeda como unidade de conta, avaliar o desempenho econômico, a rentabilidade e os custos de produção, permitindo que o mercado interno, através da dolarização da moeda, internacionalizasse custos e preços.

**Tabela 3 - Balança de serviços do Brasil, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

<b>Discriminação</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
<b>Serviços e Rendas</b>	<b>-15.369</b>	<b>-13.543</b>	<b>-11.336</b>	<b>-15.577</b>	<b>-14.692</b>	<b>-18.541</b>	<b>-20.350</b>	<b>-25.522</b>	<b>-28.299</b>	<b>-25.825</b>
<b>Serviços</b>	<b>-3.596</b>	<b>-3.800</b>	<b>-3.184</b>	<b>-5.246</b>	<b>-5.657</b>	<b>-7.483</b>	<b>-8.681</b>	<b>-10.646</b>	<b>-10.111</b>	<b>-6.977</b>
Transportes	-1.644	-1.656	-1.359	-2.091	-2.441	-3.011	-2.717	-3.162	-3.261	-3.071
Viagens internacionais	-90	-237	-337	-795	-1.181	-2.420	-3.598	-4.377	-4.146	-1.457
Seguros	-68	-133	-58	-45	-132	-122	-63	74	81	-128
Serviços financeiros	-608	-185	10	-11	47	-152	-215	-885	-527	-269
Computação e Informação	-51	-46	-119	-113	-149	-249	-379	-589	-789	-1.010
Royalties e licenças	-75	-50	-53	-86	-220	-497	-753	-848	-1.329	-1.150
Aluguel de equipamentos	-513	-709	-875	-1.065	-939	-769	-656	-1.048	-634	-599
Governamentais	-328	-370	-166	-345	-327	-339	-303	-350	-385	-498
Comunicações	70	-11	4	26	25	-10	-44	9	81	14
Construção	0	0	0	7	32	6	1	10	52	16
Relativos ao comércio	-77	-148	-162	-168	-199	-90	-36	-160	-31	251
Empresariais, profissionais e técnicos	-122	-135	59	-365	23	372	348	886	1.071	1.259
Pessoais, culturais e recreação	-91	-120	-129	-196	-196	-202	-266	-206	-292	-335
Serviços diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Rendas</b>	<b>-11.773</b>	<b>-9.743</b>	<b>-8.152</b>	<b>-10.331</b>	<b>-9.035</b>	<b>-11.058</b>	<b>-11.668</b>	<b>-14.876</b>	<b>-18.189</b>	<b>-18.848</b>
Receita	1.158	905	1.115	1.307	2.261	3.369	5.235	5.159	4.599	3.935
Despesa	-12.931	-10.648	-9.268	-11.639	-11.296	-14.427	-16.904	-20.035	-22.787	-22.783
Salário e ordenado	-160	-92	-151	-121	-131	-160	-60	50	103	142
Renda de investimento (líquido)	-11.612	-9.651	-8.001	-10.210	-8.903	-10.898	-11.609	-14.926	-18.292	-18.990

Fonte: Banco Central do Brasil.

Apesar da alta nas taxas de juros, que possibilitou uma forte entrada de capitais externos no país, no período entre maio de 1995 e janeiro de 1999, enquanto vigorou o regime cambial de bandas, o país sofreu com a forte instabilidade dos fluxos de financiamentos externos, traduzidos pela acentuada fuga de divisas estrangeiras a cada turbulência no mercado financeiro internacional (SOUZA, 2006).

Essa situação de instabilidade nos fluxos financeiros internacionais se agravava à medida que pairava o perigo de uma crise financeira mundial (como nos casos de 1997 e 1998) ou as vésperas da decisão do FED (Banco Central Americano) sobre o novo nível das taxas de juros americanas.

Nesse ambiente os “investidores” passavam a localizar riscos e perigos mais expressivos nas economias que possuíam altos níveis de exposição externa, embora seus fundamentos macroeconômicos estivessem num nível considerado bom.

Essa ameaça de colapso cambial, que comprometia a capacidade de pagamento dos juros da dívida pública e financiamento do déficit, fez com o país recorresse várias vezes ao FMI para obter empréstimos de contingência, ou seja, para tentar restabelecer o fluxo de financiamento externo. A cada empréstimo eram estabelecidas metas de superávits fiscais visando garantir o pagamento da dívida aos credores, embora para isso o governo realizasse fortes cortes nos gastos governamentais com saúde, educação e infra-estrutura, e também aumentasse os tributos.

A Tabela 4 mostra o aumento dos fluxos de IED para o país a partir de 1990. Do início do plano real, em 1994, ao final dos anos noventa, o fluxo de IED aumentou mais de 1.300 %.

**Tabela 4 – Fluxos de IED para o Brasil, 1990-1999**

<b>Ano</b>	<b>IED líquido (US\$ bilhões)<sup>a</sup></b>	<b>Investimento de portfólio (US\$ bilhões)<sup>b</sup></b>	<b>Financiamento dos déficits em conta corrente através de IED (em %)<sup>c</sup></b>
1990	0,28	8,90	8,5
1991	0,10	9,50	-
1992	1,58	11,20	-31,6
1993	0,71	17,90	-
1994	1,97	25,20	176,5
1995	4,31	24,20	19,2
1996	10,79	41,20	38,4
1997	18,99	55,60	55,6
1998	28,86	30,00	-
1999	28,58	33,00	-

Fonte: <sup>a</sup>Conjuntura Econômica (2005), <sup>b</sup>Banco Central do Brasil e <sup>c</sup>Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (apud AZEVEDO, 1998, p. 33).



O financiamento externo, segundo Azevedo (1998), era essencialmente de fluxos financeiros voláteis, sem vínculos com as exportações e sem conexão com fluxos de bens de capital<sup>7</sup>. Esse financiamento chegou à taxa de mais de 176%, em 1994 (conforme a Tabela 4), auge do período de entrada de capitais no país.

Esse fato possuía um agravante na medida em que os fluxos de capitais voláteis de curto prazo que entraram na economia tornaram o Brasil mais dependente do setor externo. Além do fluxo de capitais especulativos, os IED cresceram na década de noventa nos setores de serviços, através das fusões e das privatizações. Portanto, esses investimentos financiaram a transferência de patrimônio e não criaram novas riquezas, com capacidade de gerar divisas para o país.

Assim sendo, aderiu-se a uma mudança na orientação da política econômica que predominou no Brasil e em vários outros estados nacionais, na América Latina e no mundo, que por quase todo o século passado, tinham como um dos seus principais objetivos a promoção do bem-estar social e econômico da nação e era um instrumento de defesa desta. Esses objetivos foram se enfraquecendo a medida que avançava o processo de globalização e de transnacionalização, reduzindo a proteção externa de suas economias, adaptando-as com as economias mundiais e diminuindo a sua capacidade de controlar os fluxos de pessoas, bens e capital.

Esse foi o cenário da nova inserção do Brasil na economia mundial. Essa inserção foi definida e expressa por sua política externa e permitiu redefinir a questão nacional, sobretudo na questão estrutural do desenvolvimento, que foi modificada para pior, além de ter sido fundamental para impor ao país uma liberalização unilateral de suas economias, muito embora os acessos aos créditos internacionais não fossem facilitados, justamente no momento em que aumentava e se intensificava o nível de interdependência do país a economia internacional.

---

<sup>7</sup> Nesse contexto de predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo os fluxos de capitais aumentaram drasticamente em relação às taxas de exportação. As transações financeiras intercambiais puramente especulativas alcançam um volume diário que ultrapassa os US\$ 1,3 bilhões, superando em cinquenta vezes os volumes de trocas comerciais, e diariamente se equivalem à soma das reservas dos “bancos centrais” do mundo (BAUMAN, 1999). No ano, superam em mais de dez vezes o valor do PIB global, afirma Castells (1999). Isso tudo facilitado com a integração dos circuitos financeiros em âmbito internacional, sob o comando do capital financeiro dos países centrais e com a contribuição dos governos locais, que emitem títulos públicos a uma taxa de juros atrativa ao capital externo, especulativo e de curto prazo, pois, desse modo financiam suas contas.

Nesse momento o país necessitava integrar-se à economia mundial para tentar obter créditos, investimentos, mercado e tecnologia. Para Mônaco (1998), são os investimentos em ciência e tecnologia que determinam a sorte do país no desafio de competir no cenário internacional com produtos de maior qualidade e valor agregado. Todos esses fatores são indispensáveis ao desenvolvimento, porém o Brasil não conseguiu, a menos de forma muito incompleta, ser suprido internamente. Para Cardoso e Faletto (1970, p. 21 apud BENAKOUCHE, 1980, p. 226), em nível econômico, um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão do capital não podem encontrar o essencial de seus componentes dinâmicos no interior do próprio sistema, o que ocorreu no Brasil.

Porém, o que se comprovou é que as novas oportunidades criadas com a globalização, como o melhor acesso a mercados, antes mais segmentado, não se traduz necessariamente em maiores benefícios.

Ao abandonar total ou parcialmente as estratégias nacionais de desenvolvimento, no Brasil, se impossibilitou a coordenação das políticas macroeconômicas que poderiam ter evitado as grandes oscilações no câmbio, que resultaram na instabilidade de fluxos comerciais para o Brasil, assim como aos demais países do Mercosul.

Com base nas variáveis utilizadas nesse estudo, conclui-se que a inserção econômica internacional do Brasil nos anos noventa ocorreu de forma dependente e subordinada ao capital externo, e principalmente especulativo, na medida em que a abertura comercial resultou em déficit na balança comercial e de serviços, ao passo que dos fluxos de capitais externos aumentaram nesse período.

### **3.2 A vulnerabilidade externa brasileira nos anos noventa**

Neste subitem, verifica-se como evoluiu a vulnerabilidade externa Brasil nos anos noventa.

Como bem destacou Medeiros (1997), diferentemente da Ásia, na América Latina (com pequenas exceções) os choques externos resultam em restrição ao crescimento, com menores taxas de crescimento das exportações e maiores remessas de dólares e pagamentos de juros, gerando déficit no balanço de pagamentos e contração nas reservas. Entre 1996 e 1998 entraram no Brasil US\$ 45 bilhões de investimentos líquidos, mas no mesmo período o país

enviou para o exterior US\$ 108 bilhões só a título de juros e amortizações (GONÇALVES e POMAR, 2001).

Na década de noventa, o Brasil amargou elevados déficits na contas corrente e tinha como principal causa a deterioração dos saldos da balança comercial resultante da política cambial, que matinha o câmbio valorizado, e o processo de liberalização do comércio internacional. Segundo Moreira (2004 apud GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2003, p. 29), o Brasil era o país que tinha o menor coeficiente de participação do comércio no PIB, em um universo de 50 países selecionados, incluindo entre eles os Estados Unidos, a China, a Índia, a Argentina, o México, a Coréia do Sul e a África do Sul, além da maioria dos tigres asiáticos e dos países europeus.

Outro fator que contribuiu para o agravamento desse processo foi o financiamento do déficit em transações correntes, realizado basicamente através dos capitais especulativos de curto prazo, o que no longo prazo era insustentável, e que por sua vez criava um quadro de instabilidade macroeconômica, dificultando as opções por novos investimentos.

**Tabela 5 - Conta corrente do Brasil, 1990-1999**

<b>Ano</b>	<b>Saldo em Conta corrente (US\$ milhões)<sup>a</sup></b>	<b>Saldo em conta corrente em relação ao PIB (em %)<sup>b</sup></b>
1990	-3.782	-0,83
1991	-1.407	-0,35
1992	6.144	1,58
1993	-592	-0,14
1994	-1.689	-0,21
1995	-17.972	-2,58
1996	-23.502	-3,2
1997	-30.452	-4,22
1998	-33.416	-4,24
1999	-25.335	-4,72

Fonte: <sup>a</sup>Conjuntura Econômica (2005) e <sup>b</sup>Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (apud AZEVEDO, 1998, p. 33).

A Tabela 5 mostra que os déficits em conta corrente em relação ao PIB foram crescentes na maioria dos anos noventa. Em 1998 atingiu o pico histórico de US\$ 33,4 bilhões, equivalente a 4,2% do PIB. A partir de 1999, com a desvalorização da moeda e com a adoção do câmbio flutuante, esses déficits foram recuando, mesmo que lentamente.

A diminuição do déficit após 1999 se deu em função da melhora no saldo comercial, que por sua vez decorreu da depreciação da taxa de câmbio real efetiva, que aumentou significativamente a competitividade das exportações brasileiras e alavancou a substituição de importações pela produção doméstica.

Segundo Pereira (2004), nos anos noventa ficou evidenciado a falta de sensibilidade dos principais agentes públicos e privados, internos e externos, para resolver ou propor soluções dos problemas sócio-econômicos do Brasil, pois, em cada crise a saída era a mesma, cortes nos gastos públicos e aumentos de impostos. Nessa área, as receitas tributárias, nas três esferas de governo, cresceram de R\$ 358,02 bilhões em 2000 (32,48% do PIB) para R\$ 473,84 bilhões (35,86% do PIB) em 2002.

Em quase todo o período 1994-1998, o superávit primário foi um modesto 1,7% do PIB, enquanto os gastos públicos cresceram 6,6% ao ano. A dívida pública dobrou e o déficit do setor público foi da ordem de 6% do PIB, como demonstra Giambiagi e Almeida (2003).

Ribeiro (2000) menciona que economias vulneráveis externamente, como a brasileira, e que se inseriram passivamente no processo de globalização, ou como diz, foram “englobadas”, não podem se permitir veleidades de contarem com o financiamento voluntário externo sempre suficiente.

Por isso, como antídoto a fuga de capitais estrangeiros, o Banco Central do Brasil elevava ainda mais as taxas básicas de juros<sup>8</sup> da economia (pois é através delas que o governo consegue uma margem de arbitragem, na tentativa de estabilizar os fluxos de capitais que nas crises, cobravam mais caro para ingressar em países emergentes), que por sua vez resultava numa contração da oferta de moeda, numa diminuição da demanda agregada e na inibição e postergação de investimentos produtivos, causando prejuízo ao crescimento econômico.

---

<sup>8</sup> Enquanto a taxa de juros nos EUA era de 6% a. a. a do Brasil chegou a 42% em novembro de 1997 (GONÇALVES e POMAR, 2001).

Como consequência, o juro alto empurra os investidores para a especulação no mercado financeiro, gerando menos riqueza do que se investido na atividade produtiva. Além disso, os capitais externos que entravam, atraídos pelas altas taxas de juros, eram trocados por títulos da dívida do governo, aumentando a dívida pública interna, que em 61% é corrigida pela taxa básica de juros e em 23% pelo câmbio, segundo o BACEN.

A instabilidade macroeconômica se agravava à medida que os fluxos de financiamentos externos se contraíam, também em decorrência do aumento da dívida pública. No caso do Brasil, de 62 bilhões de reais (1994), a dívida interna pública saltou para 432 bilhões de reais (2000)<sup>9</sup>, o que gerava um forte descrédito na condução da política econômica (PEREIRA, 2004). A proporção da dívida pública para o PIB cresceu de 34% em 1997 para 49% em 1999.

O câmbio sobrevalorizado adotado no Plano Real contribuiu para, além da elevação da dívida pública do Brasil, a elevação da dívida externa, na medida em que facilitou as importações e diminuiu consideravelmente as exportações brasileiras. Por isso, em 1999, a política cambial foi alterada, marcada pela depreciação cambial<sup>10</sup> e pela adoção do regime de câmbio flutuante. Além disso, o país passou a adotar o regime de metas de inflação. Mesmo assim, os déficits em transações correntes persistiram acima dos 4% do PIB.

Nos anos noventa houve também um crescimento significativo dos IED nos setor de serviços, através das fusões e das privatizações.<sup>11</sup> Portanto, esses investimentos financiaram a transferência de patrimônio e não criaram novas riquezas, o que poderia contribuir para melhorar a situação econômica do país se gerasse divisas.

Na América Latina com exceção de Cuba, foi implementado um padrão único de privatizações<sup>12</sup> e vendas às empresas estrangeiras. No caso do Brasil, teve como fator agravante o tempo de implementação. Diferentemente de outros países que tiveram seus

---

<sup>9</sup> Ibid., p. 24.

<sup>10</sup> A desvalorização da moeda brasileira afetou a economia argentina, que buscava nas exportações para o Brasil uma alternativa a redução dos fluxos de capitais externos decorrentes das crises asiáticas.

<sup>11</sup> Essa tendência foi mundial, pois os IED aumentaram significativamente sua participação na formação de capital entre os anos de 1980 e 1995, superando a produção e o comércio mundial, pois apenas 25% dos IED são na produção internacional, sendo a maior parte destinada aos processos de fusões e aquisições ocorridos nos anos 90 (GONÇALVES, 1994). E, o número anual de fusões e aquisições internacionais saltou de 42% do total de IED em 1992 para 59% em 1997, chegando a um valor de US\$ 236 bilhões, conforme Castells (1999).

<sup>12</sup> A tendência desnacionalizante não se aplicou aos países desenvolvidos que ainda apresentam um elevado percentual do PIB com a presença do Estado e não privatizaram suas estatais de energia, petróleo e telecomunicações e, segundo a ONU (1991 apud SOUZA, 1995), quanto mais atrasado o país, menor é a inserção na economia e, conseqüentemente, a participação do Estado no PIB.

ajustes (abertura da economia, abandono de importantes funções econômicas e sociais por parte do Estado, prioridade ao equilíbrio fiscal e combate a inflação) implementados em cinco, oito e dez anos, aqui isso ocorreu “da noite pra o dia”, contando com uma série de reformas constitucionais e atendendo a lobbies internacionais, entre outras manobras de adequação ao processo global.<sup>13</sup>

O Brasil viu desmantelado seu patrimônio através da desnacionalização do aparelho produtivo, inclusive naqueles setores que eram fontes geradoras de receitas e estratégicos ao desenvolvimento econômico do país, como os bancos, setor de energia elétrica e telecomunicações (que para muitos, como por exemplo, Zygmunt Bauman, o seu monopólio é considerado imprescindível para a segurança nacional). Esses setores estratégicos – também para o controle de preços e da inflação<sup>14</sup> - foram adquiridos a preços simbólicos.

O processo de desnacionalização da economia, através das aquisições, fusões e privatizações verificadas no Brasil, veio acompanhado de uma significativa piora no balanço de pagamentos. Segundo os dados do BACEN, no período de 1995-1998 o balanço de pagamentos no Brasil apresentou um déficit de US\$ 189 bilhões, o que aumentou a dívida externa em US\$ 80 bilhões. Isso agravou a vulnerabilidade externa do país, traduzida pela perda da capacidade de resistir a pressões externas (fatores econômicos desestabilizantes e choques externos).

Outra resultante desse processo foi a concentração de renda, capital e poder na mão de grupos estrangeiros e privados, ou seja, com as privatizações uma grande fonte de poder através de significativa parcela da produção e da renda passaram a ser controladas por não-residentes, o que diminui os mecanismos de ação do Estado nacional na condução de sua

---

<sup>13</sup> Nesse sentido, o contexto internacional exerceu uma forte influência no campo da regulação jurídica da economia (uniformização e normalização). As políticas de ajustes e reformas estruturais exigiram mudanças legais e institucionais em grande porte, pois elas surgiram após um longo período de intervenção estatal na economia e no campo social, por isso essa diminuição do Estado é obtida através da forte intervenção estatal. Santos (2002) salienta que a criação de requisitos normativos e institucionais para as operações de desenvolvimento do modelo neoliberal envolve, por isso, uma destruição institucional e normativa de tal modo massiva, que afeta, muito para além, o papel do Estado na economia, a legitimidade global do Estado para organizar a sociedade. Segue ainda o autor afirmando que desregular implica uma intensa ação regulatória do Estado para pôr fim à regulação estatal anterior.

<sup>14</sup> Verificou-se que os preços administrados, ou seja, as tarifas dos serviços prestados pelas empresas estatais após serem privatizadas foram as que mais pressionaram para o aumento da inflação. Biondi (1999) mostra que esses aumentos foram na ordem de 500% para as telefônicas e 150% para as fornecedoras de energia elétrica, além de garantir o direito de aumentos anuais – com base na inflação e para imprevistos como maxidesvalorização da moeda - aos novos donos, ao invés de obrigar a reduzir gradualmente as tarifas como foi feito em outros países.

política econômica e diminui também a capacidade do governo resistir a pressões internacionais.

Gonçalves e Pomar (2001), mesmo avaliando um curto período da década passada, ressaltam esse aspecto da desnacionalização da economia brasileira através da relação entre o fluxo de IED e a formação bruta de capital fixo, que aumentou de 2,5% em 1995 para 24,6% em 1999. Gonçalves (1999) mostra que a razão IED/PIB cresceu de 6,3% em 1993 para 11,2% em 1998, representando um aumento de 80% do grau de desnacionalização da economia brasileira.

Isso resultou num aumento do controle pelas empresas estrangeiras do estoque de capital fixo no país, que era de 6,8% em 1995 e passou para 12,4% em 1999. A participação das empresas estrangeiras no estoque líquido da riqueza total aumentou de 5,7% em 1995 para 9,7% em 1999. Por fim, o aumento da participação estrangeira no valor bruto da produção passou de 13,5% em 1995 para 24,6% em 1999 (GONÇALVES e POMAR, 2001).

Seguindo ainda a análise dos autores acima mencionados, a participação estrangeira no valor das vendas das 550 maiores empresas aumentou de 33,3% em 1995 para 43,5% em 1999. No setor bancário, os autores mostram que a desnacionalização dobrou em quatro anos, pois a participação dos grandes bancos estrangeiros no total dos ativos do sistema bancário brasileiro aumentou de 11,9% em 1995 para 22,5% em 1998 e cerca de 24% em janeiro de 2000.

A vulnerabilidade externa na esfera produtivo-real, conforme definição apresentada no referencial teórico, é traduzida pelo elevado grau de internacionalização da produção por meio de presença de empresas de capital estrangeiro no aparelho produtivo do país, pode ser avaliada pelos dados acima.

Além disso, os investimentos externos, nesse período, foram concentrados na aquisição de empresas públicas e privadas nacionais, praticamente nos setores de serviços<sup>15</sup> que não geram receitas em dólar - apesar das tarifas serem cobradas nessa moeda - ou seja, não exportam. Desse modo, a desnacionalização do aparelho produtivo tem impacto negativo sobre o balanço de pagamentos e conseqüentemente sobre a vulnerabilidade externa.

---

<sup>15</sup> Esses setores foram os de energia elétrica, de telecomunicação e o setor financeiro. A privatização dos bancos estatais e privados teve como componente além do aspecto da concorrência com os bancos nacionais, a garantia patrimonial das relações de crédito que mantêm com as empresas de grande porte, sobretudo as internacionais.

Segundo Tavares (2000), no Brasil, depois da crise asiática, a capacidade de endividamento autônomo das empresas privadas diminuiu, atingindo um limite bruto de US\$ 140 bilhões. A vulnerabilidade externa que o país estava submetido, somado ao aperto na liquidez internacional, fez com que as dívidas privadas de várias empresas não pudessem ser roladas e acabaram se transformando em aquisições patrimoniais através do IED. Descontando o volume de recursos externos que as empresas e os bancos retêm como saldo líquido no mercado intercambiário, o resto é vendido ao Banco Central em troca de títulos da dívida pública, agravando o passivo externo através dos passivos fiscais e gastos correntes com juros internos.

Biondi (1999) destaca outra implicação do processo de desnacionalização, a diminuição das reservas cambiais e da deterioração das contas externas. Com a privatização das empresas estatais, os compradores passaram a importar os insumos consumidos na produção e que antes da privatização eram produzidos no país. A importação desses insumos resultou no desmantelamento de alguns setores do parque industrial doméstico e, por consequência, no aumento do desemprego.

As reservas do país diminuíram a partir de 1997, como mostra a Tabela 6, com o aumento das remessas de lucros, dividendos e pagamentos de juros ao exterior, que, muitas vezes, recorrem a esse mecanismo para se defender das crises cambiais latinas.

**Tabela 6 - Reservas em moeda estrangeira no BACEN, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
9.973	9.406	23.754	32.211	38.806	51.840	60.110	52.173	44.556	36.342

Fonte: Conjuntura Econômica (2000 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 44).

Mesmo com um crescimento das reservas cambiais nos anos noventa, como demonstrado na tabela acima, essas reservas não acompanharam o crescimento do passivo externo do país e nem contemplava a necessidade de financiamento.<sup>16</sup> A título de ilustração,

<sup>16</sup> O Banco Central do Brasil define necessidade de financiamento externo como sendo a diferença entre o saldo em conta corrente e os investimentos estrangeiros diretos líquidos (incluindo empréstimos inter-companhias). Ou seja, correspondem à parcela do déficit de transações correntes não financiadas pela entrada líquida de investimentos diretos.



na seqüência desse processo - abrindo um parêntese no referencial temporal - no ano de 2000, o estoque de reservas internacionais era inferior a US\$ 30 bilhões e a sua necessidade de financiamento era na ordem de US\$ 50 bilhões, conforme Ribeiro (2000). Ao final do ano de 2002, as reservas internacionais somavam US\$ 16,8 bilhões, segundo BACEN, o que garantia somente três meses de importação atingindo um recorde negativo se comparado aos anos noventa (em 1999 apenas 8,9 meses de importação eram cobertos pelas reservas cambiais), como mostra a Tabela 7.

**Tabela 7 - Meses de importação de bens cobertos pelas reservas cambiais**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
5,79	5,36	13,86	15,06	14,07	12,52	13,53	10,21	9,28	8,86

Fonte: Conjuntura Econômica (2000 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 44).

As remessas de lucros e dividendos, só no setor de serviços, aumentaram de 3,8 bilhões em 1996 para 6,5 bilhões de dólares em 1997. E a remessa de lucros somente das subsidiárias e filiais das empresas de capital estrangeiro aumentou de 2,7 bilhões para 4,7 bilhões de dólares, representando um crescimento anual de 74,5% (GONÇALVES, 1999).

Só no setor das telecomunicações, as importações de insumos<sup>17</sup> - consumidos no Brasil antes das privatizações - causaram um enorme rombo na balança comercial, pois de 1993 a 1998 as compras das telecomunicações no exterior aumentaram 900%, de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares, além das peças e componentes para as telecomunicações classificados como produtos eletrônicos. Nessa área, o déficit causado foi de US\$ 8 bilhões.

Biondi (1999) mostra que o envio de moeda estrangeira causou um rombo na balança de serviços brasileira, através das remessas de dólares para o exterior aos seus países de origem, passou de 770 milhões de dólares para 9,5 bilhões de dólares, de 1993 a 1998. Gonçalves e Pomar (2001) ressaltam que no período de 1981-90, para 1991-99, a remessa de lucros e dividendos triplicou, passou de US\$ 9 bilhões para US\$ 27,3 bilhões.

<sup>17</sup> Biondi (1999) afirma que no caso das telecomunicações, que praticamente só monta aparelhos celulares no Brasil, importando de 85% a 100% dos componentes de telefonia, o governo as vésperas do leilão, desobrigou a compra de peças nacionais, além de permitir que essas empresas quando fossem investir – apesar de financiadas pelo BNDES – não convidassem sequer nenhuma empresa brasileira para disputar encomendas, como aconteceram nas primeiras “concorrências” da Telefônica, compradora da Telesp.

Além de deteriorar as contas externas, as privatizações, que tinham também como pretexto atrair dólares para o Brasil para salvar o real, e a diminuição de reservas cambiais acumuladas ao longo de décadas, contribuíram para a desvalorização da moeda, que sofreu uma maxidesvalorização em janeiro de 1999.

Um fator agravante desse processo é que boa parte dessas vendas foram financiadas com dinheiro público via BNDES, através da venda de moedas podres<sup>18</sup> em longo prazo, as quais serviam de pagamento às estatais.

Isso resultou no aumento da dívida interna (que gera restrições orçamentárias) e externa brasileira, ao engolir as dívidas<sup>19</sup> das estatais, com as empresas compradoras brasileiras, que pegaram empréstimos no exterior para fechar o negócio. Esses empréstimos foram incluídos na dívida externa, aumentando os juros que o país tem de pagar aos bancos internacionais. Como bem destacou Ribeiro (2000), no final da década de noventa, os gastos com o serviço da dívida externa brasileira absorviam todas as receitas com exportação, que eram da ordem de US\$ 50 bilhões. A Tabela 8 mostra a evolução da dívida externa do Brasil nesse período.

O estoque da dívida externa brasileira, só no período de 1990 a 1999, aumentou em mais de US\$ 117 bilhões, como mostra a Tabela 8, e no mesmo período foram pagos de juros e amortização US\$ 128 bilhões, segundo Gonçalves e Pomar (2001).<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Biondi (1999) ilustra bem esses casos: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhões de reais pagos em moedas podres – vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES, financiadas em 12 anos. Nem mesmo para comprar as moedas podres foi desembolsado dinheiro pelos novos donos. Apenas 38 milhões de reais pagos em dinheiro, segundo o próprio BNDES, praticamente nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo. O patrimônio das estatais Usiminas, Celma, Cosinor, Álcalis foi avaliado, primeiramente, em US\$ 5 bilhões e foram vendidas por US\$ 1,583 bilhões, sendo 99,95% em moedas podres, segundo o próprio BNDES.

<sup>19</sup> Mais uma vez Biondi (1999) traz a luz os dados dessas transações: na venda da COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo ficou responsável por dívidas de 1,5 bilhão de reais (além de o governo paulista ter adiado o recebimento de 400 milhões de reais em ICMS atrasados) e recebeu, com a venda, apenas 300 milhões de reais. Da mesma forma, foi a venda da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda que o governo “engoliu” dívidas de 1 bilhão de reais.

<sup>20</sup> No período 1995 a 2002 a dívida externa aumentou 43,9%, passando dos US\$ 159,3 Bilhões para US\$ 229,2 bilhões (PEREIRA, 2004). Na América Latina e Caribe a dívida externa somava a cifra de US\$ 656,5 bilhões o que representava 41,4% do PIB, segundo o Banco Mundial (1997, p. 190-203 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 41). Depois do México, o Brasil seguido da Argentina aparecia como os maiores devedores.

**Tabela 8 - Dívida externa total do Brasil, pública e privada, e dívida externa por prazo: 1990-1999 (milhões de dólares)**

Ano	Dívida Total <sup>a</sup>	Pública <sup>a</sup>	Privada <sup>a</sup>	Dívida de médio e longo prazo <sup>b</sup>	Dívida de curto prazo <sup>b</sup>
1990	123.439	86.975	36.464	96.546	26.893
1991	123.910	82.051	41.859	92.996	30.914
1992	135.949	94.597	41.352	110.835	25.114
1993	145.726	90.613	55.113	114.270	31.456
1994	148.295	87.330	60.965	119.668	28.627
1995	159.256	87.445	71.801	129.313	29.943
1996	179.935	84.299	95.636	142.148	37.787
1997	199.998	76.247	123.751	163.283	36.715
1998	234.694	94.902	139.792	210.659	24.035
1999	241.200	100.000	141.200	212.600	28.600

Fonte: <sup>a</sup> Conjuntura Econômica e Banco Central (2000 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 40) e <sup>b</sup>Centro de Economia Internacional (CEI)

Diminuição do Estado, privatização e desnacionalização são questões no mínimo ainda muito polêmicas. Enquanto que para uns o Estado deve se afastar de tudo, deixando a cargo do mercado a função de alocar eficientemente os recursos e os bens na economia, para outros, como para John Maynard Keynes, a intervenção do Estado na economia, o gasto público e a instalação de empresas estatais são, em caso de crise econômica, a única alternativa para compensar a deficiência estrutural da demanda efetiva em consumo e investimento.

Para Keynes (1996), é através do Estado e não do mercado que se poderá distribuir renda de maneira a compensar a tendência decrescente da propensão marginal a consumir ou, através de investimentos públicos, compensar a redução do investimento privado decorrente da queda da eficiência marginal do capital.

A criação de empresas e serviços públicos estatais no Brasil, como em toda a América Latina, no período desenvolvimentista, foi uma manifestação que buscou claramente a independência desses países naqueles setores estratégicos ao desenvolvimento econômico e

social, pois estes são instrumentos poderosos para ação do Estado, tanto no cenário interno como no cenário internacional, pois, sem a posse dessas estatais, o Estado não tem como garantir a produção e a prestação de serviços necessários ao bem-estar social. Ou seja, trata-se de independência econômica e política de uma nação.

Benakouche (1980) afirma que a independência política é uma das condições necessárias para o início de um processo de industrialização. Assim sendo, ele não poderia ser obra da colonização, nem poderia ocorrer durante o período colonial. Ou seja, independência política significa Estado Nacional forte, atuando com uma política externa que possibilite uma inserção internacional estratégica, guardando os interesses nacionais atuando com soberania nos rumos do desenvolvimento.

Isso tudo contribuiu para a forte elevação do passivo externo do país e expressa o grau de vulnerabilidade externa. O passivo externo reflete com mais exatidão a transferência de renda ou saída de recursos. No Brasil, o passivo externo líquido (que é dado pela dívida externa, somado os investimentos diretos e em portfólio, deduzidos os ativos em moeda estrangeira) passou de US\$ 123,4 bilhões no início de 1990 para US\$ 241,2 bilhões no ano de 1999, ou seja, nos anos noventa houve um crescimento de 95,46%, conforme mostra a Tabela 9. Esse era o valor que o país devia ao exterior e servia para atender o serviço da dívida, remessa de lucros e dividendos, pagamentos de royalties, fretes e seguros, importações, etc.

**Tabela 9 - Estoque do passivo externo brasileiro, 1990-1999 (em bilhões de dólares)**

Ano	Dívida Externa Total	Investimento direto estrangeiro	Investimento de portfólio	Passivo Externo Total	Ativos Externos <sup>a</sup>	Passivo Externo Líquido
1990	123,4	27,9	8,9	160,2	22,2	138,0
1991	123,9	28,6	9,5	162,0	21,4	140,6
1992	135,9	29,9	11,2	177,0	39,9	137,1
1993	145,7	37,7	17,9	201,3	50,8	150,5
1994	148,3	39,9	25,2	213,4	64,2	149,2
1995	159,2	44,5	24,2	227,9	71,1	156,8
1996	179,9	54,4	41,2	275,5	83,6	191,9
1997	200,0	71,5	55,6	327,1	74,9	252,2
1998	234,7	90,0	30,0	354,7	67,5	287,2
1999	241,2	119	33,0	393,2	54,7	338,5

<sup>a</sup> Inclui as reservas internacionais, os investimentos brasileiros no exterior, os haveres externos nos bancos comerciais e os créditos brasileiros no exterior.

Fonte: Boletim do Banco Central.

Essa elevação ocorreu tanto pelo aumento do endividamento externo, como pela significativa entrada de capital externo no período, que resultou em um substancial aumento do estoque de capital externo no país.

Considerando-se o passivo externo líquido (descontando o valor dos ativos externos), esse crescimento foi ainda maior. Em 1990, o estoque do passivo externo líquido era de US\$ 138 bilhões e em 1999 ele atingiu o valor de US\$ 338,5, o que significava um aumento de 145,29% no período.

O aumento do passivo externo provoca, por sua vez, a elevação do serviço desse passivo (serviço da dívida externa mais remessa de lucros e dividendos). A Tabela 10 mostra a evolução do serviço do passivo externo ao longo dos anos 90. O serviço do passivo externo cresceu significativamente após 1992, em razão do aumento deste serviço como o da remessa de lucros e dividendos. Em 1990, o serviço do passivo externo brasileiro era de US\$ 19,9 bilhões, mas em 1999 já atingia o valor de US\$ 61,6 bilhões.

**Tabela 10 - Serviço do passivo externo brasileiro, 1990-1999 (em bilhões de dólares)**

Ano	Juros	Amortizações pagas	Serviço da dívida externa	Lucros e dividendos	Serviço do passivo externo
1990	9,7	8,6	18,3	1,6	19,9
1991	8,6	7,8	16,4	0,6	17,0
1992	7,3	8,5	15,8	0,5	16,3
1993	8,2	9,9	18,0	1,8	19,9
1994	6,3	11,0	17,3	2,5	19,8
1995	8,2	11,0	19,2	2,6	21,8
1996	9,8	14,4	24,2	2,3	26,5
1997	10,4	28,7	39,1	5,6	46,7
1998	11,9	33,5	45,4	7,1	52,5
1999	15,2	42,4	57,6	4,0	61,6

Fonte: Boletim do Banco Central.

Esse aumento leva ao estrangulamento externo e estabelece um caráter mais rígido aos déficits externos, na medida em que os torna mais insensíveis a alterações de preços relativos expressos na taxa de câmbio. Assim, com o crescente passivo externo, a política cambial perde cada vez mais eficácia (GONÇALVES, 1999). Portanto, pelo exposto, a

vulnerabilidade externa do Brasil nos anos noventa teve um aumento significativo, e isso pode ser confirmado pelo coeficiente de vulnerabilidade.

A Tabela 11 mostra que o coeficiente do Brasil, aumentou em 84,85% de 1995 a 1999, passando de 2,31 para 4,27.

**Tabela 11 - Coeficiente de vulnerabilidade brasileiro, 1990-1999**

<b>Ano</b>	<b>Dívida Externa Total (bilhões de US\$)</b>	<b>Reservas (bilhões de US\$)</b>	<b>Exportações (bilhões de US\$)</b>	<b>Coeficiente de Vulnerabilidade</b>
1990	123,4	10,0	31,4	3,61
1991	123,9	9,4	31,6	3,62
1992	135,9	23,8	35,9	3,13
1993	145,7	32,2	38,6	2,94
1994	148,3	38,8	43,5	2,51
1995	159,3	51,8	46,5	2,31
1996	179,9	60,1	47,7	2,51
1997	200,0	52,2	53,0	2,79
1998	234,7	44,6	51,1	3,72
1999	241,2	36,3	48,0	4,27

Fonte: Conjuntura Econômica (2000 apud GONÇALVES e POMAR, 2001, p. 44).

Ou seja, após a implementação das reformas e políticas de ajuste que marcaram a nova inserção econômica internacional do Brasil, a quantidade de anos que o país levaria para pagar a dívida externa com base no montante das exportações, descontados as reservas, quase dobrou.

Enfim, ficou evidenciado que a implementação das políticas sugeridas no Consenso de Washington, como modelo de inserção internacional, aliado a uma maior volatilidade nos fluxos de capitais, aumentou a fragilidade externa do Brasil. Essas tensões e vulnerabilidades externas impõem às nações uma trajetória de instabilidade e crise e enfraquecem as estruturas econômicas a ponto de um país que desfruta de uma relativa estabilidade do sistema econômico internacional se vê refém das expectativas desfavoráveis quanto à manutenção de sua trajetória em longo prazo.

Os indicadores econômicos demonstram que a adoção dessas políticas para a economia brasileira gerou baixo crescimento econômico nesse período, como indica a Tabela 12. Ao passo que a economia ficou estagnada o desemprego aumentou como mostra os dados do

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos - DIEESE. Em 1999, o desemprego atingiu 19,28 % da população economicamente ativa, o que significa um crescimento de 92,42% se comparado ao desemprego de 1990.

**Tabela 12 – Indicadores macroeconômicos do Brasil (1990-1999)**

<b>Ano</b>	<b>PIB (US\$ milhões)</b>	<b>PIB per capita (US\$ milhões)</b>	<b>Variação do PIB real - Taxa de variação anual (%)</b>	<b>Desemprego (%) (DIEESE)</b>
<b>1990</b>	469.318	3.020	-5,05	10,02
<b>1991</b>	405.679	2.721	1,03	11,63
<b>1992</b>	387.295	2.556	-0,54	14,93
<b>1993</b>	429.685	2.790	4,92	14,68
<b>1994</b>	543.087	3.472	5,85	14,30
<b>1995</b>	705.449	4.440	4,22	13,16
<b>1996</b>	775.475	4.807	2,66	14,90
<b>1997</b>	807.814	4.932	3,27	15,72
<b>1998</b>	787.889	4.739	0,13	18,18
<b>1999</b>	536.554	4.739	0,79	19,28

Fonte: Conjuntura Econômica (2005).

Concomitante ao aumento do desemprego houve uma precarização das condições de trabalho. Também ocorreu nos anos noventa aumento da violência, das favelas e de ocupação de áreas irregulares.

Anderson (1995 apud SADER e GENTILI, 1995, p. 8), afirma que há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar, como mecanismo para induzir a democracia, e a hiperinflação para induzir o povo, sem coerção e nem maiores resistências, a aceitar as políticas neoliberais mais drásticas.

Nesse quesito o amargo remédio deflacionário funcionou no Brasil. A inflação caiu com a adoção das políticas de ajustes implementadas no Plano Real. Antes do plano apenas no breve período entre 1990 e 1991 a inflação foi reduzida. Mas o “dragão” da inflação que tanto atormentou os brasileiros nos anos oitenta, a partir de 1995 conseguiu ser controlado, como mostra a Tabela 13.

**Tabela 13 – Variação anual dos preços no Brasil, 1990-1999 (em %)**

Ano	IGP-DI	IPA-DI	IPC-DI	IPC-FIPE	ICV
1990	2739,7	2734,7	2938,1	2902,4	3256,8
1991	414,7	404,7	440,8	410,6	458,7
1992	991,4	976,9	998,0	965,2	980,7
1993	2103,7	2065,4	2169,6	1920,4	2054,8
1994	2406,8	2279,0	2668,5	2502,5	2782,4
1995	67,5	58,8	81,6	76,8	102,4
1996	9,3	8,1	11,3	10,0	13,2
1997	7,5	7,8	7,2	4,8	6,1
1998	1,7	1,5	1,7	-1,8	0,5
1999	20,0	28,9	9,1	8,6	9,6

Fonte: FGV, FIPE e DIEESE, (apud FILGUEIRAS, 2000, p. 155).

O diretor assistente de estudos sobre o desenvolvimento da Universidade de Cambridge, Ha-Joon Chang, faz alguns questionamentos sobre as políticas de estabilização sugeridas pelos agentes internacionais no seu livro *“Chutando a Escada – A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica”*, que são eles: A que interesses respondem as políticas que são atualmente recomendadas pelos países desenvolvidos e pelas organizações multilaterais que as difundem? Que lições podem ser extraídas da experiência dos países em desenvolvimento que acataram essas recomendações? Quais as perspectivas desses países de superar sua condição de periferia subdesenvolvida com a aplicação dessas políticas? Por que os países mais desenvolvidos, principalmente os EUA, não aplicam esse tipo de política?

A pesquisa de Chang (2004) chega a duas conclusões relevantes: Quando se encontravam em estágios de desenvolvimento comparáveis a nossa situação atual, os países hoje desenvolvidos jamais aplicaram as políticas que agora recomendam aos países em desenvolvimento. A experiência histórica demonstra que os países hoje desenvolvidos mudaram de posição depois de atingirem a fronteira tecnológica que lhes assegurava a hegemonia econômica, impondo ou recomendando as demais políticas diferentes das que eles adotaram. Ou seja, estariam “chutando a escada” para impedir que os países retardatários alcançassem um patamar similar de desenvolvimento.

Em resumo, a vulnerabilidade externa do Brasil nos anos noventa, aumentou devido ao: persistente déficit na contas corrente, ao processo de desnacionalização que transferiu renda e



poder a grupos estrangeiros; à diminuição de reservas, para fazer frente aos choques externos e, por fim, ao aumento de endividamento externo do país. Esse conjunto de resultados foi responsável pela instabilidade macroeconômica e pelo fraco desempenho do país na economia.

## **4 A INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A VULNERABILIDADE EXTERNA DA ARGENTINA (1990-1999)**

Os anos oitenta se destacaram pelo estrangulamento externo e pela instabilidade macroeconômica nos países latino-americanos, fatores determinantes no modo de inserção internacional pela natureza das políticas de ajuste, baseado nas reformas estruturais estabelecidas no receituário do Consenso de Washington.

A Argentina foi uma das pioneiras na adoção das diretrizes e reformas estruturais implementadas na América Latina que visavam a médio e longo prazo, alterar o padrão de desenvolvimento e a forma de inserção dos países latino-americanos na economia mundial.

### **4.1 Inserção econômica internacional da Argentina nos anos noventa**

Já no final do governo Alfonsín, a Argentina adotou através do Plano Primavera as diretrizes impostas pelo FMI aos países atingidos pela crise da dívida durante a década de 1980. Essas diretrizes ditavam o rumo e o ritmo das políticas de ajustes.

Assim, o primeiro governo de Carlos Menem (1989-1994), eleito por uma estrutura política peronista, logo após a sua posse fez uma forte inflexão estratégica<sup>21</sup> ao ideário de Washington, com a adoção de todas as recomendações previstas na cartilha neoliberal, como abertura econômica unilateral, privatizações, abertura da economia doméstica indiscriminada ao capital externo, precarização das relações trabalhistas, abdicação na autonomia do uso de instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, em nome da estabilidade e de um futuro crescimento.

Esse crescimento decorreria das reformas estruturais, que combinavam por um lado a reforma fiscal com vistas a eliminar o déficit público a partir da redução de seus gastos, e por outro, a reforma trabalhista com o intuito de aumentar a produtividade do fator trabalho.

---

<sup>21</sup> Para Souza (2006), aplicar a agenda neoliberal à economia argentina representava, para Menem, um passo político no sentido de assegurar sua legitimidade diante da ordem dominante. Para o autor, o que fora uma capitulação para Alfonsín, foi objeto de estratégia política para Carlos Menem. É provável que venha daí a maior solicitude com que as reformas econômicas foram empreendidas na Argentina de 1989 – 1994 do que no período anterior.

Segundo Souza (2006), a contenção momentânea do processo inflacionário, a entrada significativa de capitais externos e o estímulo do consumo de importações foram celebrados como o “acerto” da política do ministro Domingo Cavallo.

Tudo isso, segundo FMI (apud Pereira, 2004, p. 7), transformaria a Argentina em modelo a ser seguido pelos demais países latino-americanos, por toda a década de 1990. Mas tal opção também transformaria, em cinco anos, a Argentina em um país com menor capacidade e autonomia nos rumos de seu crescimento e de seu desenvolvimento, e na distribuição mais injusta de seu produto.

Verificou-se também que essas políticas implantadas foram muito semelhantes tanto na Argentina como no Brasil. Na Argentina o programa de estabilização, também incluía a valorização da moeda nacional (âncora cambial) e diminuição das alíquotas de importação.

Foi mais precisamente com o denominado plano de conversibilidade - o 13º plano econômico do governo Carlos Menem, segundo Pereira (2004) – que em 1991, com o objetivo de combater a hiperinflação que havia alcançado 3.079,4% em 1989, vinculou a moeda local (peso argentino) ao dólar norte-americano, através da adoção do câmbio fixo. A paridade de um peso valendo um dólar conseguiu restabelecer a estabilidade dos preços e livrar a Argentina da hiperinflação do final da década de 80, além de uma inflação futura, permitindo assim um controle da base monetária. A Tabela 14 ilustra o padrão monetário adotado pela Argentina de 1990-1999.

**Tabela 14 – Taxa de câmbio real - Peso-Dólar ajustado por IPC (base 1991=100)**

<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
157,31	100	85,28	79,96	78,74	78,36	80,52	81,96	82,48	85,32

Fonte: Centro de Economia Internacional (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC)

A política de conversão cambial adotada, com uma taxa de câmbio fixa impôs fortes restrições e consolidaram um sistema rígido e pouco adaptado para enfrentar choques externos, ou seja, ela contribuiu para o aumento da vulnerabilidade externa da Argentina.

Essas dificuldades foram agravadas pela adoção de um regime bi-monetário que ancorou formalmente os contratos e os ativos e passivos financeiros ao dólar, é o que diz Bouzas (2002, p. 04) “o regime de caixa de conversão, que antes fora um expediente de

emergência eficaz para fazer frente a uma situação excepcional, consolidou-se – quase por *default* – como um regime permanente”.

Segue ainda o referido autor, salientando que em um regime bi-monetário como o que prevalecia na Argentina, uma crise de pagamentos externos estaria inevitavelmente associada a uma crise bancária. Para ele, a única coisa que poderia detê-la (ou adiá-la) seria uma injeção de fundos vindos do exterior, mas esta foi bloqueada, pela expulsão da Argentina dos mercados voluntários de crédito e pela recusa dos organismos multilaterais de continuar a expor seus recursos no país.

Dessa forma, a exemplo do Brasil, essa política de valorização cambial - que precedeu o Plano de Convertibilidade de 1991, à custa de US\$ 1,2 milhões das reservas argentinas em moeda estrangeira, segundo Souza (2006) - também se traduziu numa grande necessidade de manter os fluxos de capitais externos não mais pela via comercial, pois também na Argentina a balança comercial, que desde 1982 era superavitária, teve uma mudança estrutural e passou a ser deficitária. O impacto sobre o balanço de pagamentos foi de certa forma neutralizado até 1995, pela volumosa entrada de capitais estrangeiros através da conta de capital.

As importações, como efeito da paridade cambial cresceram 102,87% em 1991 e 82,5% em 1992, como mostra a Tabela 15, assim houve um refreamento das exportações, iniciado em 1990. Ou seja, o câmbio fixo facilitou as importações e tornou as exportações menos competitivas, na medida em que estas estavam mais caras para os países compradores. O crescimento do produto entre 1990 e 1994 deu-se através do aumento do consumo orientado para as importações.

Na Tabela 15 também se evidencia que o coeficiente de abertura sofreu grandes alterações, o que ressalta que a abertura econômica unilateral, assim como no Brasil, favoreceu as importações e desestimulou as exportações. A taxa de variação do saldo da balança comercial teve crescimento negativo em grande parte do período, o que comprova os efeitos da política cambial.

**Tabela 15 - Balança comercial da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares - preços constantes de 2000)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Coefficiente de Abertura	Variação %
1990	12.354,0	-3.726,0	8.628,0	0,11	-
1991	11.978,0	-7.559,0	4.419,0	0,10	-48,78
1992	12.398,9	-13.794,8	-1.395,9	0,11	-131,59
1993	13.268,9	-15.632,5	-2.363,6	0,12	-69,32
1994	16.023,3	-20.162,2	-4.138,9	0,14	-75,11
1995	21.161,7	-18.804,3	2.357,4	0,16	156,96
1996	24.042,7	-22.283,2	1.759,5	0,18	-25,36
1997	26.430,8	-28.553,5	-2.122,7	0,20	-220,64
1998	26.433,7	-29.530,9	-3.097,2	0,19	-45,91
1999	23.308,6	-24.103,2	-794,6	0,17	74,34

Fonte: CEPAL, com base em estimativas da divisão de estatísticas e projeções econômicas.

A balança de serviços, outra variável de inserção econômica internacional, também foi indicador negativo desse processo. A Tabela 16 mostra o comportamento da conta de serviços em que persistiu em crescentes déficits por toda a década, tendo um crescimento negativo de mais de 500% de 1990 a 1999.

**Tabela 16 – Balança de serviços da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

Ano	Transportes	Viagens	Outros serviços	Balança de serviços
<b>1990</b>	219,0	- 268,0	- 625,0	<b>- 674,0</b>
<b>1991</b>	- 161,0	- 957,0	- 481,0	<b>- 1.599,0</b>
<b>1992</b>	- 507,4	- 1.222,0	- 827,1	<b>- 2.556,5</b>
<b>1993</b>	- 925,7	- 1.517,8	- 880,4	<b>- 3.323,9</b>
<b>1994</b>	- 1.225,5	- 1.465,1	- 1.085,4	<b>- 3.776,0</b>
<b>1995</b>	- 1.099,7	- 1.055,9	-1.261,3	<b>-3.416,9</b>
<b>1996</b>	- 1.310,9	- 963,3	- 1.252,4	<b>- 3.526,6</b>
<b>1997</b>	- 1.678,2	- 1.184,9	- 1.544,9	<b>- 4.408,0</b>
<b>1998</b>	- 1.675,2	- 1.205,4	- 1.609,6	<b>- 4.490,2</b>
<b>1999</b>	- 1.366,8	- 1.296,8	- 1.487,5	<b>- 4.151,1</b>

Fonte: CEPAL, com base em estimativas da Divisão de Estatísticas e projeções econômicas.

Desse modo, também na Argentina, o suprimento de dólares passou da balança comercial para a conta de capitais, pelo mesmo mecanismo de estabilização monetária baseado na âncora cambial e na elevação dos juros em relação às taxas internacionais, possibilitando a entrada dos investimentos externos.

Durante os anos noventa, a Argentina foi um destino importante dos investimentos estrangeiros diretos (IED). Muitos desses investimentos modernizaram o aparelho produtivo e incrementaram a competitividade sistêmica. Mas o lado negativo desse processo é que os fluxos de capitais voláteis de curto prazo que entravam na Argentina a tornavam altamente dependente do setor externo. A Tabela 17 mostra que de 1990 a 1999 o fluxo de IED cresceu mais de 15 vezes e o estoque de IED cresceu em mais de 10 vezes de 1992 a 1999, acompanhando essa tendência.

**Tabela 17 - Evolução dos fluxos, rendas e estoque de IED na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxos de IED	1.553	828	4.431	2.793	3.635	5.609	6.949	9.162	7.293	23.930
Reinvestimento de Lucros			857	878	898	659	397	726	788	-144
Contribuições de Capital			474	628	1.287	1.685	2.011	2.580	3.179	4.116
Dívidas com Matrizes e outras filiais			371	251	387	700	1.526	1.161	804	1.571
Mudanças de propriedades			2.730	1.036	1.063	2.566	3.014	4.694	2.522	18.386
Privatizações F & As	1.174	460	2.344	935	136	1.113	580	892	344	4.192
Estoque de IED			6.303	18.520	22.428	27.991	33.557	42.013	47.797	71.819
Rendas			1.196	1.724	1.928	1.967	1.850	2.369	2.380	1.658

Fonte: Dirección Nacional de Cuentas Internacionales del Ministerio de Economía de la República Argentina (apud KULFAS, PORTA e RAMOS, 2002, p. 16).

Essa dependência mostra o seu lado negativo nos momentos de ameaça de uma crise financeira mundial, agravando a instabilidade nos fluxos financeiros internacionais, pois os “investidores” evitavam as economias que possuíam altos níveis de exposição externa, ou seja, um maior risco. Assim como no Brasil, os choques resultaram em restrição externa ao crescimento, com menores taxas de crescimento das exportações e maiores remessas de lucros e de juros, gerando déficit no balanço de pagamentos e contração nas reservas.

Aliado a isso, as altas nas taxas de juros dos EUA e o aparente esgotamento da primeira rodada de privatizações demandariam maiores esforços para a Argentina manter esse modelo, no período pós-1994.

Eram necessárias reformas que dessem mais espaço aos mecanismos de mercado e promovessem maior abertura, bem como mais disciplina fiscal e monetária. O resultado foi uma forte dependência da poupança externa, que chegou a representar quase 5% do PIB.

Portanto, a Argentina se inseriu na economia mundial com vínculos desproporcionais entre o plano comercial<sup>22</sup> e financeiro. Se a inserção comercial do país foi precária, a inserção financeira na economia mundial foi muito intensa, resultando numa grave crise de financiamento, oriundo do mau gerenciamento dos financiamentos externos, obtidos num pequeno período de acesso facilitado.

#### **4.2 A vulnerabilidade externa da argentina nos anos noventa**

A política de inserção econômica internacional, adotada pela Argentina, também teve implicações diretas no comportamento da vulnerabilidade externa do país.

---

<sup>22</sup> A integração comercial da Argentina ao mundo não só é tênue, como está, do lado das exportações, muito concentrada em *commodities* com preços voláteis e em mercados caracterizados por baixa elasticidade-renda e fortes distorções internacionais (proteção e subsídios). Apesar do aumento nos volumes exportados e do papel do Mercosul como mecanismo de diversificação do comércio, esse padrão de comércio não mudou substancialmente na década de noventa. Isso em parte decorre da estrutura das vantagens comparativas da Argentina, fundada numa dotação abundante de recursos naturais, mas se deve também a políticas públicas que atribuíram pouca ênfase ao desenvolvimento de capacidades para melhorar a inserção do país no comércio mundial. Excetuado o caso do material de transporte, que responde a um regime setorial especial muito pouco transparente, o grosso das exportações argentinas continua fortemente concentrado em produtos primários de baixo valor agregado. A maior parte, porém, orientou-se para a exploração de recursos naturais ou para setores de produção de bens não-negociáveis, inclusive monopólios naturais vinculados à provisão de serviços públicos. (BOUZAS, 2002).

Até o ano de 2001, a Argentina sofreu com elevados déficits nas contas de transações correntes, agravados com a deterioração dos saldos da balança comercial, resultante da política cambial, que matinha o câmbio valorizado, e devido à maior liberalização comercial. O saldo da conta corrente corresponde à variação das reservas internacionais que se traduz na liquidez internacional daquele país. A Tabela 15 mostra que, com exceção de 1990, nos demais anos da década, a Argentina amargou crescentes déficits no saldo da conta corrente do balanço de pagamentos. A tabela também mostra que nesse período os déficits com relação ao PIB também foram crescentes, revelando a fragilidade externa do país.

**Tabela 18 - Conta corrente do balanço de pagamentos da Argentina (em milhões de dólares - preços constantes de 2000)**

<b>Ano</b>	<b>Balança comercial e de serviços</b>	<b>Renda</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>Saldo de conta corrente</b>	<b>Saldo de conta corrente (como % do PIB)</b>
<b>1990</b>	7.954,0	- 4.400,0	998,0	<b>4.552,0</b>	3,2
<b>1991</b>	2.820,0	- 4.260,0	793,0	<b>- 647,0</b>	-0,3
<b>1992</b>	- 3.952,4	- 2.472,7	769,9	<b>- 5.655,2</b>	-2,4
<b>1993</b>	- 5.687,5	- 2.997,0	521,6	<b>- 8.162,9</b>	-3,4
<b>1994</b>	- 7.914,9	- 3.696,7	463,2	<b>- 11.148,4</b>	-4,4
<b>1995</b>	- 1.059,5	- 4.669,0	553,8	<b>- 5.174,7</b>	-2
<b>1996</b>	- 1.767,1	- 5.502,7	447,5	<b>- 6.822,3</b>	-2,5
<b>1997</b>	- 6.530,7	- 6.202,9	514,9	<b>- 12.218,7</b>	-4,5
<b>1998</b>	- 7.587,4	- 7.387,1	464,8	<b>- 14.509,7</b>	-5,1
<b>1999</b>	- 4.945,7	- 7.456,3	454,2	<b>- 11.947,8</b>	-4,1

Fonte: CEPAL, com base em estimativas da Divisão de Estatísticas e projeções econômicas e CEI (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC).

Ressaltando a tese do Azevedo (1998), um dos indicadores de vulnerabilidade externa, além do déficit em conta corrente é a forma como esse déficit é financiado através da entrada de capitais.

Esse mesmo autor salienta que na medida em que o financiamento do déficit em transações correntes da Argentina também era suprido basicamente através dos capitais especulativos de curto prazo, isso contribuiu com o agravamento da vulnerabilidade externa e no longo prazo esse processo ficou insustentável, o que por sua vez criava um quadro de instabilidade macroeconômica, a exemplo de seu país vizinho.



No decorrer da década de 1990, a dependência da Argentina de investimento externo para o financiamento do déficit em transações correntes tomava maiores proporções e expunha o país aos choques externos.

Conforme os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (apud AZEVEDO, 1998, p. 34), a porcentagem do financiamento dos déficits em conta corrente na Argentina através de IED que era de -40,3% em 1990, passou a 164,6% em 1995 e 106,9% em 1996. Esse era o nível da dependência do país ao capital externo.

A Argentina mostrou a fragilidade de sua economia ao se inserir passivamente no processo de globalização, aderindo ao “cassino global”, elevando as taxas básicas de juros da economia, para conseguir uma margem de arbitragem, na tentativa de estabilizar os fluxos de capitais que cobravam, nas crises, mais caro para ingressar no país, além do fato de que esses capitais externos eram trocados por títulos da dívida do governo, aumentando a dívida pública interna.

Esse mecanismo de aumento dos juros contraiu a oferta de moeda disponível, diminuiu a demanda agregada e desestimulou o investimento privado produtivo, estagnando o crescimento econômico.

Acompanhando a tendência mundial, os IED no país cresceram na década de noventa nos setores de serviços, através das fusões e das privatizações. Num período curto e rápido de implementação, os ajustes foram realizados e a Argentina, na tentativa de capitalizar investimento externo, abriu mão de todo o seu patrimônio público, inclusive naqueles setores que eram fontes geradoras de receitas e estratégicos ao desenvolvimento econômico do país, como a petrolífera (YPF), o setor de energia elétrica, a estatal de gás e telecomunicações.

Na Argentina do presidente Menem e do ministro Domingo Cavallo as estatais foram privatizadas (inclusive bancos equivalentes ao Banco do Brasil e Caixa Federal) e a participação do Estado entre as mil empresas mais importantes do país caiu de 29,4% em 1990 para 3,4% em 1993, além de o Estado assumir as dívidas internas e externas das estatais privatizadas no valor de US\$ 33,6 bilhões (Caderno do Terceiro Mundo, 1995). Com as privatizações Argentinas, houve repasse de recursos de US\$ 20 bilhões por ano do setor público para o setor privado.

Na Tabela 19, constata-se que os maiores volumes de entrada de dólares por privatização se deu no início da década, entre 1990 e 1993, com um pico em 1992, em que o governo arrecadou cerca de US\$ 5,5 bilhões.

Do montante de investimentos externos que ingressaram na década de noventa no país, cerca de 80% desses se destinavam a compra de ativos de empresas públicas privatizadas, empresas industriais e redes comerciais de capital local (FERRER, 2002).

**Tabela 19 - Entradas totais por privatizações nacionais e estaduais na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Nacional	1.787	1.963	5.477	4.496	848	1.319	291	1	83	3.156	19.422
Estadual	-	-	19	960	74	91	445	1.219	439	1.181	4.427
<b>Total</b>	<b>1.787</b>	<b>1.963</b>	<b>5.496</b>	<b>5.456</b>	<b>923</b>	<b>1.410</b>	<b>736</b>	<b>1.220</b>	<b>522</b>	<b>4.337</b>	<b>23.849</b>

Fonte: MEyOSP (2000, p. 7).

Essa mudança na composição dos investimentos é um indicador de aumento da vulnerabilidade externa, pelo aspecto produtivo-real (conforme definido no referencial teórico), que se traduz pelo elevado grau de internacionalização da produção por meio de presença de empresas de capital estrangeiro ou IED. É o que fica evidenciado na Tabela 20, a transferência de patrimônio e de poder ao capital estrangeiro.

**Tabela 20 - Capital Nacional (CN) e Capital Estrangeiro (CE) nas privatizações na Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
CN	613	1.108	2.641	1.921	407	296	156	328	171	146	7.787
<b>CE</b>	<b>1.174</b>	<b>854</b>	<b>2.855</b>	<b>3.534</b>	<b>515</b>	<b>1.114</b>	<b>580</b>	<b>892</b>	<b>351</b>	<b>4.191</b>	<b>16.062</b>
- IED	1.174	460	2.344	935	136	1.114	580	892	334	4.191	12.162
- IC	-	394	510	2.600	379	-	-	-	17	-	3.901
<b>Total</b>	<b>1.787</b>	<b>1.963</b>	<b>5.496</b>	<b>5.456</b>	<b>923</b>	<b>1.410</b>	<b>736</b>	<b>1.220</b>	<b>522</b>	<b>4.337</b>	<b>23.849</b>

Fonte: MEyOSP (2000, p. 20).

Os dados acima demonstram a predominância do capital estrangeiro na aquisição das estatais argentinas, em que 67% do valor total das privatizações eram oriundos do exterior, somando US\$ 16 bilhões, contra US\$ 7,8 bilhões de capital nacional.

A exigência de capital mínimo para as empresas participarem do processo também favoreceu a concentração e a centralização do capital no país, nas mãos de associações que invariavelmente eram formadas por investidores estrangeiros, grupos econômicos locais e bancos estrangeiros.

Essa concentração de capital nacional em mãos estrangeiras significa uma grande fonte de poder, pois uma importante parcela da produção e da renda é controlada por não-residentes, além do fato de que a desnacionalização da economia argentina diminuiu os mecanismos de ação do Estado nacional na condução de sua política econômica e diminuiu também a capacidade do governo de resistir a pressões internacionais.

Para Seitenfus (2004), um Estado dominado pela filosofia econômica liberal coloca sob a responsabilidade da iniciativa privada importantes atividades, e ao transferir responsabilidades e se vincular de forma demasiada ao exterior, como foi o caso da Argentina, o Estado perde autonomia interna e abandona instrumentos importantes de política externa.

O processo de venda dos ativos públicos era financiado em 50% com títulos da dívida do governo, ou seja, a transferência de patrimônio não correspondia na totalidade de entrada de recursos nos cofres do governo.

Assim como no Brasil, as dívidas das empresas privatizadas eram transferidas para o setor público, ou seja, ao governo, que era fiador de grande parte dessas dívidas<sup>23</sup>, aliviando assim os compradores do passivo dessas empresas.

Outra questão, não menos importante, é que as empresas de serviços não fabricam produtos, ou seja, não exportam, portanto não geram divisas para o país, apesar de enviar lucros e dividendos para fora dele, além de importar insumos de produção antes produzidos localmente. Essa combinação acabou piorando as contas externas e diminuindo as reversas

---

<sup>23</sup> MEyOSP (2000, p. 20).

cambiais, abalando ainda mais o Plano de Conversibilidade que o governo tentava sustentar (MEyOSP, 2000, p. 20).

Azevedo (1998) destaca outro indicador de vulnerabilidade externa, o prazo que as reservas internacionais suportam as importações. A Tabela 21 mostra o número de meses em que as reservas cambiais garantem a importação, em 1997, apenas 10 meses de importação era garantido pelas exportações argentinas.

**Tabela 21 - Meses de importação de bens cobertos pelas reservas cambiais**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
19,36	14,25	10,87	13,22	10,67	11,23	10,39	10,22	10,95	13,15

Fonte: Adaptação Centro de Economia Internacional (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC).

De 1990 a 1999 as reservas internacionais da Argentina ficaram num nível baixo (como mostra a Tabela 22), em decorrência de suas reformas estruturais, abertura econômica e financeira, planos de estabilização, programas de privatizações e da conseqüente remessa de lucros e dividendos para fora do país.

**Tabela 22 - Reservas internacionais da Argentina, 1999-1999 (em milhões de dólares)**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
6.010	8.974	12.496	17.223	17.930	17.592	19.296	24.308	26.941	26.407

Fonte: Centro de Economia Internacional (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC).

Na Argentina, conforme ressalta Ferrer (2002), as remessas de recursos para fora do país, oriundos das estatais privatizadas, representavam 1/3 do déficit do balanço de pagamentos em conta corrente em 1999.

Entre os anos de 1990 e 1995 a balança comercial caiu de um superávit de US\$ 8,2 bilhões para um déficit de US\$ 5,6, adicionado às pressões de serviços e transações correntes, o rombo atingiu mais de US\$ 10 bilhões ao final do período (SOUZA, 2006).

Este conjunto de disparates não constituiu uma simples soma de erros de avaliação. Pelo contrário, foi fundamental a interesses setoriais, associados à especulação financeira, a apropriação de ativos públicos subavaliados e a corrupção infiltrada nos tomadores de decisões sobre questões de vital interesse para o país (FERRER, 2002, p. 8).

Essa inserção internacional, traduzida pelas políticas de ajustes, que combina câmbio sobrevalorizado, juros altos e desnacionalização do aparelho produtivo, contribuiu para a elevação da dívida pública interna e da dívida externa do país, agravando a instabilidade macroeconômica.

Se a estabilidade macroeconômica por si só não garante o crescimento e menos ainda o desenvolvimento, ela é uma condição necessária para crescer de forma sustentada e com eficácia no longo prazo, amparada na manutenção desse equilíbrio macroeconômico.

O desempenho fiscal da Argentina foi inconsistente com a implementação dessas políticas, especialmente com o regime cambial adotado em 1991, o que resultou no incremento do endividamento externo e em níveis muito baixos de investimento público, especialmente em infra-estrutura, apesar dos baixos índices de superávit primário, como indica a Tabela 23.

**Tabela 23 - Indicadores fiscais e de endividamento da Argentina (Governo Federal e Províncias - % do PIB)**

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Superávit Primário</b>	0,5	1,6	1,1	0,5	-0,5	-0,5	0,8	0,5
<b>Juros (US\$ bilhões)</b>	1,1	1,3	1,2	1,5	1,8	2,0	2,3	2,8
<b>Resultado Fiscal</b>	-0,6	0,3	-0,1	-0,1	-2,3	-2,5	-1,5	-2,3
<b>Dívida Externa</b>	62,7	72,2	85,7	98,5	109,8	124,9	141,4	144,5

Fonte: FMI (2003 apud GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2003, p. 13).

Giambiagi e Almeida (2003) salientam ainda que a dívida pública federal aumentou de 29% do PIB em 1992 para 43% em 1999, enquanto o gasto primário das províncias cresceu de menos de 10% para mais de 12% em 1999.

O câmbio alto foi um dos fatores que contribuiu para a elevação total da dívida externa, uma vez que facilitou as importações e desestimulou as exportações.

As privatizações também contribuíram para o aumento do endividamento externo, pois as empresas argentinas que participaram da compra de estatais contraíram empréstimos no

exterior para adquirir os ativos. Esses empréstimos são incluídos na dívida externa, aumentando o montante de juros que o país tem que pagar aos bancos internacionais. Isso fica evidenciado na tabela 24, onde a proporção da dívida externa privada representava 14,02% do total da dívida em 1991 e em 1999 essa proporção era de 41,67%.

Nos anos noventa a dívida externa da Argentina aumentou 136,87%, passando de US\$ 61.337 milhões, em 1991 para US\$ 145.289 milhões em 1999, conforme Tabela 24. Isso impactou no serviço da dívida, pois este, como mostra Ferrer (2002), saltou de 25,4% para 58,2% no mesmo período. A maior parte dessa dívida era concentrada em bônus (US\$ 95 bilhões), segundo Pereira (2004).

**Tabela 24 - Dívida externa total da Argentina, pública e privada, 1991-1999 (em milhões de dólares)**

Ano	Dívida Total	Pública	Privada	Dívida externa (% do PIB)
1991	61.337	52.739	8.598	27,8
1992	62.972	50.678	12.295	22,2
1993	72.425	53.606	18.820	22,7
1994	85.909	61.268	24.642	23,8
1995	99.146	67.192	31.955	26,0
1996	110.614	74.113	36.501	27,2
1997	125.052	74.912	50.140	25,6
1998	141.929	83.111	58.818	27,8
1999	145.289	84.750	60.539	29,9

Fonte: Centro de Economia Internacional (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC).

O alto custo com os serviços dessa dívida<sup>24</sup>, aliado a queda nas exportações e nas divisas, devido à âncora cambial, ameaçava a inadimplência dos compromissos externos,

<sup>24</sup> Com relação às exportações, a Argentina tinha o pior indicador de endividamento da América Latina, (exceto a Nicarágua), pois juros com a dívida externa representam mais de 40% do valor das exportações, se comparados com os 17% da região, salienta Ferrer (2002).

tornando mais difícil e custoso os novos empréstimos que o país buscava junto ao FMI, cada vez mais resistente.

Os organismos multilaterais ou a tão falada comunidade financeira internacional e seus agentes, como o FMI (que em 1994 recomendava a Argentina como um modelo a ser seguidos pelos demais países latino-americanos), isolaram-na totalmente durante a sua crise em 2001, sem apresentar nenhuma alternativa para a retomada do crescimento daquele país.

A tão aguardada desvalorização da moeda argentina ocorreu em janeiro de 2002, onde também foi adotado o câmbio flutuante, após um longo período de câmbio fixo (1991-2001), que foi a maior fonte de crises e instabilidade do país.

O coeficiente de vulnerabilidade, que mede a quantidade de anos de exportações necessários para pagar a dívida externa, aumentou em 25,3% de 1992 a 1999, passando de 4,07 para 5,10 (ver Tabela 25).

**Tabela 25 – Coeficiente de vulnerabilidade da Argentina, 1990-1999 (em milhões de dólares)**

<b>Ano</b>	<b>Dívida Externa Total</b>	<b>Reservas</b>	<b>Exportações</b>	<b>Coeficiente de Vulnerabilidade</b>
1990	62.200,0*	6.010	12.354,0	4,55
1991	61.337,0	8.974	11.978,0	4,37
1992	62.972,0	12.496	12.398,9	4,07
1993	72.425,0	17.223	13.268,9	4,16
1994	85.909,0	17.930	16.023,3	4,24
1995	99.146,0	17.592	21.161,7	3,85
1996	110.614,0	19.296	24.042,7	3,80
1997	125.052,0	24.308	26.430,8	3,81
1998	141.929,0	26.941	26.433,7	4,35
1999	145.289,0	26.407	23.308,6	5,10

Fonte: Adaptação CEPAL, CEI (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC) e \*CECCHINI e ZICOLILLO (2002, p.208).

Os indicadores econômicos da CEPAL, na Tabela 26, demonstram a inadequação das políticas adotadas para o crescimento da economia do país, pelo comprovado fraco desempenho econômico nesse período. Apesar da Argentina apresentar crescimento acima da média dos países latino-americanos, segundo a CEPAL (1999), ela diminuiu o ritmo, chegando a ter uma taxa de variação do PIB real negativa em 1995.

**Tabela 26 – Indicadores macroeconômicos da Argentina, 1990-1999**

<b>Ano</b>	<b>PIB (US\$ milhões)</b>	<b>PIB per capita (US\$)</b>	<b>Varição do PIB real (%)</b>	<b>Desemprego (%)</b>
<b>1990</b>	141.352	4.343	-1,80	6,30
<b>1991</b>	189.710	5.754	10,60	6,00
<b>1992</b>	228.990	6.852	9,60	7,00
<b>1993</b>	236.505	6.983	5,70	9,30
<b>1994</b>	250.308	7.293	5,80	12,20
<b>1995</b>	243.186	6.994	-2,80	16,60
<b>1996</b>	256.626	7.286	5,50	17,40
<b>1997</b>	277.441	7.778	8,10	13,70
<b>1998</b>	288.195	7.978	3,90	12,40
<b>1999</b>	281.900	7.708	-3,00	13,80

Fonte: Centro de Economia Internacional (baseado no BCRA, Ministério da Economia e INDEC)

Comparado com a década anterior, a elevação do produto na primeira metade da década de 1990 distanciou-se de importantes componentes como o consumo privado e o investimento líquido. O efeito das “reformas estruturais” do primeiro governo Menem (1989 –1994) teria sido a deterioração da qualidade do crescimento econômico no país (SOUZA, 2006, p. 11).

Um dos aspectos positivos desse processo de inserção econômica internacional é que a hiper-inflação, que tanto atrapalhava a estabilidade macroeconômica, foi realmente dominada. A Tabela 27 mostra que com a adoção do plano econômico na Argentina, os altos índices de preços ao consumidor foram reduzidos a um patamar próximo de zero.

**Tabela 27 - Índices de preços ao consumidor (1990-1999)**

	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
<b>Taxa de variação</b>	1.343,9	84,0	17,6	7,4	3,9	1,6	0,1	0,3	0,7	-1,3

Fonte: CEPAL (1999, p. 10).

Porém, os preços administrados, ou seja, as tarifas dos serviços prestados pelas empresas estatais após serem privatizadas foram as que mais pressionaram para o aumento da inflação. Ferrer (2002) demonstrou que as tarifas de eletricidade, água, gás, telefone e



pedágios na Argentina eram ajustadas pela a inflação dos EUA, que por quatros anos ficou em 9%, enquanto na Argentina os preços estavam estáveis.

Esse foi o resultado da inserção internacional da Argentina na economia mundial nos anos 1990-1999, em que os indicadores econômicos, como as contas externas, a evolução do endividamento interno e externo, a desnacionalização do aparelho produtivo estatal e privado e o fraco crescimento do PIB, demonstram o alto grau de exposição e de vulnerabilidade externa da economia.

Isso comprova a inconsistência, a incoerência e a inadequação dessas políticas a países que ainda estão buscando um nível de desenvolvimento sustentável e que, portanto, não podem abrir mão de instrumentos e de mecanismos que promovam o bem-estar social e econômico do país, reduzindo a sua função (que o legitima perante seu povo), a de um mero administrador de um mercado estável e de um orçamento equilibrado.

Na realidade, no cenário atual, a qualidade das respostas à globalização depende da capacidade pública e privada de mobilizar o potencial interno disponível para associá-lo de maneira equitativa, simétrica, não subordinada à ordem global (FERRER, 2002, p. 4).

Em suma, foi comprovado que a vulnerabilidade externa da Argentina aumentou nos anos noventa devido ao persistente déficit na contas corrente, ao processo de desnacionalização, que transferiu renda e poder a grupos estrangeiros e, por fim, ao aumento de endividamento externo do país.

## 5 CONCLUSÃO

Com base na análise, conclui-se que a inserção econômica internacional de Brasil e Argentina nos anos noventa, através da adoção das políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington, foi muito semelhante e se deram de forma subordinada e dependente aos grandes centros econômicos e financeiros, na medida em que os dois países atuaram como receptores dos fluxos financeiros de curto prazo, resultantes da abertura comercial, apoiadas na sobrevalorização do câmbio, a qual provocou uma mudança estrutural na balança comercial, tornando-a deficitária.

Os fluxos de mercadorias mostram que houve um aumento das importações em detrimento das exportações e uma piora no saldo da balança comercial dos dois países. Porém, na Argentina, esse efeito foi mais acentuado que no Brasil, o que se comprova pelo crescimento do coeficiente de abertura, pois as exportações somadas às importações no Brasil quase duplicaram e na Argentina esses fluxos quase triplicaram nos anos noventa.

Os fluxos das balanças de serviços também pioraram muito em função do aumento das remessas de lucros e do pagamento de juros para fora dos dois países, o que gerou déficits acumulados no período de importantes proporções.

Concomitantemente ao processo de inserção econômica internacional, a vulnerabilidade externa de Brasil e Argentina nos anos noventa aumentou significativamente, em função da piora nos indicadores externos. Os déficits nas contas correntes se acentuaram nos anos noventa nos dois países, resultantes da deterioração dos saldos da balança comercial e do aumento das transferências de renda para o exterior. Esses déficits foram financiados, como mostra o estudo, basicamente através dos capitais especulativos de curto prazo, o que agravou o processo.

A desnacionalização da economia brasileira e argentina também aumentou a vulnerabilidade externa, pois concentrou capital, produção, riqueza e poder sob o controle de empresas estrangeiras e contribuiu para o aumento do endividamento externo e por consequência aumentou o passivo externo nos dois países. Além disso, gerou um aumento da necessidade de divisas para futuros repatriamentos de resultados.

O maior endividamento das economias também contribuiu para o aumento no pagamento de juros e serviços, e os sucessivos déficits na conta corrente contribuíram para a diminuição das reservas cambiais, uma vez que as entradas de divisas não acompanharam o crescimento do passivo externo do Brasil e da Argentina. Ainda o coeficiente de vulnerabilidade também comprova o agravamento da vulnerabilidade externa nos anos noventa, uma vez que este aumentou significativamente tanto na Argentina quanto no Brasil. Isso significa que os países estudados, nos anos noventa, necessitariam de mais tempo (anos) para pagar seus passivos externos.

Por fim, com exceção da inflação, que foi controlada e se manteve estável nos dois países, os indicadores macroeconômicos no período combinaram um fraco crescimento da economia e aumento significativo no desemprego.

Pelo exposto acima, verifica-se que a ortodoxia de mercado, não resolveu o problema da falta de crescimento e do desemprego, como apregoavam alguns, e ainda submeteu Brasil e Argentina a recorrentes crises nos anos 1990.

O Estado ainda é o ator mais relevante de sua política externa. Por isso é preciso constantemente repensar o seu papel e sua função no processo de acumulação de capital, na distribuição de renda, na sua diplomacia externa, para que esta seja mais avançada e ousada na defesa de seu país, de sua região, visando sempre o interesse nacional, para que países como Brasil e Argentina não se insiram a movimentos internacionais apenas se adaptando as exigências do centro e dos os agentes internacionais.

Se ainda hoje não se tem projetos claros de desenvolvimento para o Brasil e a Argentina, espera-se que os seus desempenhos nos anos noventa sirvam de reflexão para cientistas, autoridades públicas e governantes, que o caminho seguro e sustentável para o crescimento econômico com desenvolvimento não passa, necessariamente, por soluções aparentemente inovadoras e que não traz consigo os antecedentes históricos que comprovam a sua eficácia, principalmente a esse tipo país, nesse estágio de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

AZEVEDO, A. Os quatro anos do real e a vulnerabilidade externa da economia brasileira. **Súmula Econômica FIERGS**, jun. 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balanco de Pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Perguntas sobre a economia brasileira**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/?FAQECONOMIA>>. Acesso em: 15 jul. 2005.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMANN, R. **O Brasil dos Anos 90: Uma Economia em Transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BENAKOUCHE, R. **Acumulação mundial e dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BIONDI, A. **O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BOUZAS, R. **A Argentina depois das reformas**. RBCE, 2002. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/bases/71-Crise%20Argentina-RB.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, **Estatais: Patrimônio Nacional**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, n. 187, jul. 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CECCHINI, D.; ZICOLILLO, J. **Los nuevos conquistadores: El papel de los gobiernos y las empresas españolas em El vaciamento de Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

CENTRO DE ECONOMIA INTERNACIONAL. **Quadros Estatísticos do MERCOSUL**. Disponível em: <http://cei.mrecic.gov.ar/html/mercosur.htm>. Acesso em: 05 jun. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, 1999, Disponível em: [http://www.eclac.org/search/search\\_unbis.asp?keywords=INDICADORES+ECONOMICOS&xml=/analisis/default.xml&base=/tpl/top-bottom.xsl](http://www.eclac.org/search/search_unbis.asp?keywords=INDICADORES+ECONOMICOS&xml=/analisis/default.xml&base=/tpl/top-bottom.xsl). Acesso em: 05 jun. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Globalização e desenvolvimento**. 2002. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/10036/sintesisPORTUGUES.pdf>. Acesso em 05 jul. 2005.

CERVO, A.; RAPOPOR, M. (Org.). **História do Cone Sul**. Brasília: UNB, Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CHANG, H. J. **Chutando a escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHASTEEN, J. C. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Conjuntura Estatística: Índices de preços**. Rio de Janeiro: FGV, v 59, n.12, dez. 2005, p. II – XIX.

COUTINHO, M. V.; LIMA, M. R. Globalização, Regionalização e América do Sul. **Análise de Conjuntura OPISA**, n. 6, mai. 2005.

Cuadernos estadísticos de la CEPAL. **América Latina y el Caribe: balanza de pagos 1980-2005. Disponível em:** <http://www.eclac.cl/deype/cuaderno33/esp/index.htm>, Acesso em: 05 jun. 2008.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FERRER, A. **A Argentina e a Globalização**. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, São Paulo, jan/abr. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100003&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100003&script=sci_arttext&tlng=en). Acesso em: 23 jan. 2008.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Bom Tempo, 2000.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2000.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P. R.. **Morte do Consenso de Washington? Os rumores a esse respeito parecem muito exagerados**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, R.; POMAR, V. **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. Coleção Brasil Urgente, Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª reimpressão, março, 2001.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ILHA, A. S. **Integração como alternativa de desenvolvimento aos países latino-americanos**. Artigo apresentado no Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina – Desenvolvimento e Integração, realizado em Santa Maria, RS, de 08 a 12 de novembro de 2004, no painel “Política e Economia na segunda metade do século XX: Os esforços baldados de integração Latino-Americana”. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/adayr/publicacoes/cientificos/alternativadesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KULFAS, M.; PORTA, F.; RAMOS, A. **Inversión extranjera y empresas transnacionales en la economía argentina**. Serie Estudios y Perspectivas, Buenos Aires: CEPAL, n. 10, set. 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/11489/Parte1de10.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

MARCANTONIO, R. A melhora das contas externas brasileiras. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2006. Disponível em: <[www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/34\\_02/4\\_parte.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/34_02/4_parte.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2007.

MEyOSP. **El proceso de privatizaciones en la argentina desde una perspectiva Del balance de pagos.** Buenos Aires: Dirección Nacional de Cuentas Internacionales, 2000. Disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/cuentas/interncaionais/documentos/privatizacoes.doc>. Acesso em: 27 jun. 2006.

MERCADANTE, A. **América Latina: repensar o desenvolvimento.** Disponível em: [www.mercadante.com.br/artigos/artigo\\_187.html](http://www.mercadante.com.br/artigos/artigo_187.html). Acesso em: 14 set. 2005.

MÔNACO, L. C. Globalização e inserção internacional: com a palavra os empresários. **Revista Rumos**, a. 22, n. 154, nov. 1998.

OURIQUES, N. D.; RAMPINELLI, W. J. (Orgs.). **No fio da navalha: crítica as reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Xamã, 1997.

PEREIRA, J. M. **Políticas neoliberais, desequilíbrio macroeconômico e governabilidade na América Latina: uma comparação entre a crise político-econômica da Argentina e do Brasil.** Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana, Universidade de Malaga –ES, v. 23, 2004. Disponível em: [http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv\\_cbe/009.pdf](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia/xv_cbe/009.pdf). Acesso em: 23 jan. 2008.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de noventa: uma transição bem-sucedida?** Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

RIBEIRO, M. P. A perigosa vulnerabilidade externa da economia brasileira. **Revista Oikos - Análise de conjuntura**, Ano 8, n. 72, mai. 2000.

RICUPERO, R. Brasil no mundo: a inserção internacional desejada e a possível para o Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 28, abr/mai/jun – Ano VI.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.



SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortes, 2002.

SEINTENFUS, R. A. S. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SOUZA, L. E. S. **O Neoliberalismo na Argentina: uma interpretação, 1989 – 1994**. III Seminário de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da FFLCH-USP. Dezembro de 2006. Disponível em: <http://nepheusp.googlepages.com/oneoliberalismonaargentina8994.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2008.

SOUZA, N. A. **O Colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. **Desnacionalização e Vulnerabilidade Externa**. 2000. Disponível em: [http://www.abordo.com.br/mctaveres/art09\\_00.htm](http://www.abordo.com.br/mctaveres/art09_00.htm). Acesso em: 24 mar. 2006.

VIZENTINI, P. F. **O descompasso entre as nações – os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.